

**BRAGA-
RENSES
NA CRISE
ACADÉ-
MICA DE
1969**

**BRACARENSES
NA CRISE
ACADÉMICA
DE 1969**



UMinho Editora

COORDENAÇÃO:
José Viriato Capela
Henrique Barreto Nunes

AUTORES:
José Viriato Capela
Luís Reis Torgal
Victor de Sá
Henrique Barreto Nunes

COORDENAÇÃO EDITORIAL:
Manuela Martins

DESIGN e PAGINAÇÃO:
Tiago Rodrigues

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS:
Papelmunde

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2019

DEPÓSITO LEGAL N° 463750/19

ISBN digital: 978-989-8974-04-4

ISBN impresso: 978-989-8974-05-1

DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.6>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores. Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0

Alguns dos textos desta obra não foram escritos ao abrigo do Acordo Ortográfico.

SUMÁRIO

VICTOR DE SÁ - VIDA E HISTÓRIA, <i>José Viriato Capela</i>	7
APRESENTAÇÃO, <i>Luís Reis Torgal</i>	15
Algumas notas pessoais	16
Vitor de Sá e a oposição	19
O movimento estudiantil de 1969	21
As reflexões sobre a sociedade e a Universidade na Academia	24
Victor de Sá e a crítica à Universidade e ao ensino da História em Portugal	27
A integração de Victor de Sá no espírito de 1968 e 1969	29
A oportunidade da publicação da entrevista de Victor de Sá	31
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA VERDADEIRA CULTURA NACIONAL, <i>Victor de Sá</i>	35
CRISE ACADÉMICA, COIMBRA 1969	43
CRONOLOGIA BREVE	44
ICONOGRAFIA	48
FOTOGRAFIAS	58
OS BRACARENSES NA CRISE ACADÉMICA DE COIMBRA, 1969	67
BREVE APRESENTAÇÃO, <i>Henrique Barreto Nunes</i>	68
DOCUMENTOS	73
TESTEMUNHOS	83

Coimbra 69 - O 21 e eu, <i>Alfredo Soares-Ferreira</i>	84
Dias inesquecíveis na Crise Académica, <i>Etelvina Sá</i>	88
Este livro, <i>Henrique Barreto Nunes</i>	91
Católico no olho do furacão, <i>José Dias</i>	93
Coimbra, 17 de abril, <i>José Manuel Mendes</i>	95
17 de abril de 1969, <i>José Manuel Tarroso Gomes</i>	97
Também foi em abril..., <i>Manuel Carlos Marques Pinto</i>	100
Outras trovas, outras baladas, <i>Maria Manuela Ferreira de Areia Losa</i>	102
50 Anos Coimbra 1969, <i>Maria Teresa Palmeira Araújo Gonçalves</i>	104
Nunca mais foi o mesmo, <i>Torcatto Sepúlveda</i>	107
Déjà jadis... Braga, 1969-Paris, 2019, <i>Carlos K. Debrito</i>	109

VICTOR
DE SÁ
VIDA E
HISTÓRIA

JOSÉ VIRIATO CAPELA

«A história é importante para a vida. Digamos que é muita experiência de vida, empacotada em volumes, que procuram tornar-nos o passado inteligível. Mas a vida ultrapassa a história.»¹

Celebrar-se-á em 2021 o primeiro Centenário do nascimento de Victor de Sá (1921-2021). A Comissão Executiva do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, em nome da Universidade do Minho e em articulação com a Comissão do Centenário que integra para além dos elementos da Comissão Executiva do Prémio, a Biblioteca Pública de Braga/UMinho, em representação da família o Eng. Victor Louro e em representação das autarquias o Dr. Sá da Costa do município de V. N. Famalicão, programou um conjunto de atividades evocativas da efeméride.

A Universidade do Minho desde a assinatura do protocolo de aceitação do legado bibliográfico, documental e a institucionalização do *Prémio de História Contemporânea* (Julho 1991), através do Conselho Cultural, vem cumprindo o dever de valorizar a obra e o legado, com atividades regulares e em momentos significativos da vida e obra de Victor de Sá, promovendo atos públicos, conferências, colóquios, edições, mas também outros atos culturais que o valorizem. Tal atividade pode ser seguida, de modo especial pelos números da Revista Fórum do Conselho Cultural da Universidade do Minho,² designadamente no ato anual de entrega dos Prémios e Menções Honrosas.³

Para comemorar devidamente o Centenário foi aprovado um plano de atividades, a desenvolver-se pelo triénio 2019-2021. Em 2019 entre outras atividades vai ser dado de novo à estampa o texto – entrevista/depoimento - de Victor de Sá que levou então o título de *Para a construção de uma verdadeira cultura nacional*, nº 10 de uma série da coleção de pequenos textos policopiados pela Imprensa da AAC, levados a cabo de Maio a Julho de 1969. Pareceu à Comissão Executiva do Prémio relevar de novo a importância deste texto, escrito em plena crise estudantil de 1969, e com ela um conjunto de realizações nestes 50 anos da Crise Académica que terão o seu acúmen na evocação do Centenário

1 Victor de Sá – *Textos para reflexão crítica*. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 1994 (em capítulo sobre *Teixeira Gomes, solidão e ironia* (1986), pp. 45-68.

2 *Fórum*, nº 9/10 Jan-Jul. 1999. Universidade do Minho (doação feita pelo Doutor Victor de Sá à Universidade do Minho, p. 199 e ss.

3 A 1ª síntese das obras premiadas no âmbito do Prémio pode ser seguido em *O Mundo Continua a Girar. Prémios Victor de Sá de História Contemporânea. 20 anos (1992-2011)*. (Organização de Henrique Barreto Nunes e José V. Capela, U. Minho – Conselho Cultural, 2011). *Fórum*, nº 9/10 Jan-Jul. 1999. Universidade do Minho (doação feita pelo Doutor Victor de Sá à Universidade do Minho, p. 199 e ss.

do nascimento de Victor de Sá.⁴

Luís Reis Torgal fixou o contexto e o significado daquele depoimento-entrevista de Victor de Sá, no quadro político, cultural e historiográfico. A obra e a ação cultural de Victor de Sá já então bem divulgados nos meios académicos e intelectuais portugueses (que significativamente Reis Torgal conhece bem) assim como a Associação Académica de Coimbra – Departamentos da Imprensa – que não deixará de convidar Victor de Sá a participar naquele ciclo de produção de textos, que todos pretendem refletir e questionar a Academia, a Universidade, o Ensino em geral em Portugal, no horizonte daquele movimento que estava a tocar profundamente a Sociedade Portuguesa e para a qual o testemunho de Victor de Sá pela sua trajetória e pensamento eram muito pertinentes.⁵

Este texto publicado depois na obra *Regressar para quê?* (Lisboa, D. Quixote, 1970, pp 47-60), corresponde a um momento muito crítico da vida de Victor de Sá, que parece soçobrar, depois de uma vida de estudos, lutas e sacrifícios, no exílio, ao ver esfumar-se os prenúncios da aurora da liberdade, da democracia para Portugal, perante os renovos ditatoriais da “primavera” marcelista.⁶

Essencialmente do que nessa entrevista se fala é da Universidade, da Investigação, das Condições Pedagógicas, enfim, do Ensino e Escola enquanto espelho da Sociedade e em grande medida da Política Cultural do Regime e do lugar nela da nossa Universidade, preocupações e horizontes sempre presentes à ação política, cívica, cultural e intelectual de Victor de Sá, antes e depois de 1969. E da História como disciplina síntese e crítica que pode ajudar a compreender o Presente e perspetivar caminhos de Futuro.

4 Do plano de atividades destacamos as principais atividades que envolverão, de modo particular a Comissão Executiva do Prémio, a saber, em 2019 um conjunto de evocações de evento relativos a 1969 marcantes da evolução política recente de Portugal, designadamente as Eleições Legislativas, a Crise Académica, o impacto de alguns programas televisivos de 1969 na vida dos portugueses; e em 2020 o bicentenário. Revolução do Liberal de 1820 (com a edição, correta e aumentada de *A Crise do Liberalismo...* (Ed. portuguesa de 1969) obra pioneira de Victor de Sá na abertura da (nova) historiografia do Liberalismo em Portugal. A coroar tudo, na evocação do Centenário do nascimento de Victor de Sá, em 2021, com atos académicos, cívicos e culturais.

5 Este ano de 1959 é no campo historiográfico um ano de grandes e novas obras e leituras designadamente de temáticas e problemáticas afins às de Victor de Sá no sentido de pensar Portugal e os Portugueses na sua História. Lembro só o sucesso editorial de duas obras maiores da nova historiografia social e cultural portuguesa: Joel Serrão – *Do Sebastianismo ao socialismo em Portugal*. Livros Horizonte (2 edições de outubro e novembro de 1969. E a 3ª revista e ampliada de 1973) E de António José Saraiva – *Inquisição e Cristãos-Novos*. Editorial Inova Limitada (4 edições de 1969, fevereiro, maio, julho e dezembro). Desse mesmo arco cronológico (1967-1971) são os 4 volumes de *Ensaio sobre a História Universal, sobre a História de Portugal, Teoria da História e Historiografia e Humanismo científico e reflexão filosófica de Vitorino Magalhães Godinho*.

6 Vide texto a seguir, de Reis Torgal p. 21 e ss.

Não acrescentaremos nada de especial ao texto do Prof. Reis Torgal, que tão primorosamente serve o enquadramento universitário e coimbrão desta entrevista. Mas no quadro da edição desta obra, numa altura em que queremos evocar uma Vida que em 2021 atingiria o Centenário, não podemos deixar de sublinhar também um horizonte que nos parece central à vida e obra de Victor de Sá, o de que a *História é Vida e a Vida não se faz sem História*. É o que tão bem se exprime neste breve texto da entrevista. E mais tarde já num contexto histórico novo, depois da mais larga experiência histórica, historiográfica e pedagógica, a ele regressará, em reflexões críticas sobre a História, o Ensino e a sua Vida em relação com eles, em textos reunidos em 1994.⁷ Não ao modo do que a entrevisté G. Marañón,⁸ mas num horizonte intelectual e filosófico diferente. De qualquer modo também para a intitulação deste texto nos pareceu apropriada aquela articulação do historiador e ensaísta espanhol para sublinhar o sentido mais profundo da obra e vida de Victor de Sá; *Vida e História* parece-nos pois, adequado título para seguir a produção intelectual, cultural e vida cívica de Victor de Sá. A sua ação política, cívica, cultural antepõe-se ou interliga-se profundamente com o horizonte do académico, do cultor da História, em articulação com a geração dos democratas e socialistas do pós-Guerra, pela sua experiência de luta contra o Fascismo, das primaveras anunciadas de 1968-1969, renovadas pós Revolução de Abril de 1974. Neste campo integra-se naquele vasto corpo de homens da Ciência e da Cultura que a montante e a jusante da Geração de 1898, em Espanha e em Portugal, entre nós também com a Geração de 70, vê nos estudos da *História* os caminhos para os *ressurgimentos* nacionais.⁹

Victor de Sá vai também procurar nas gerações passadas os elos quebrados que podem promover a regeneração nacional. Fá-lo por contributos geracionais que também na sua historiografia estão muito presentes ao processo da periodização histórica de Portugal, as gerações de 1846-50, a de 70, a de 89, a de 1930/40, o renovo pós 1960, que dão corpo às três grandes revoluções e movimentos que segundo Victor de Sá, sustentam a constituição da independência e liberdade de Portugal: a Restauração de 1640, a Revolução Liberal de 1820, a Revolução Republicana de 1910 e a Democrática, desde abril de 1974.¹⁰

Estes movimentos com as figuras maiores da sua Geração e Nação serão o fio condutor da historiografia de Víctor de Sá, adentro de uma «filosofia» otimista, de base cultural,

7 Vide nota 1.

8 Gregório Marañón – *Vida e história*, Espasa-Calpe, S.A. Coleccion Austral (nº 185).

9 «No meu caso, como no de outros modernos historiadores mais idosos, ainda assim meus contemporâneos, a repressão fascista desde os alvares dos anos de 1940 (verdadeiramente desde os anos de 1930, mas de que os mais novos só agora tomávamos consciência) tinha ferido e despertado a nossa sensibilidade cívica para a busca da compreensão de fenómenos sociais e políticos coetâneos, que teriam num recente passado histórico as suas causas e explicações...» in *Resistência na génese da renovação historiográfica em Portugal...o.c.*, pág.70.

10 Victor de Sá – *A projecção histórica do 25 de abril* in *Textos para a reflexão crítica...o.c.*, pág. 99.

sociológica que ultrapassa o horizonte dos *Vencidos da Vida*, e o fez escrever, editar, lutar toda a sua vida com enorme coerência e autenticidade, colocando-se no oposto da historiografia restauracionista de base nacionalista e até racial. E é à luz dos maiores autores portugueses que lutaram por um Portugal livre e democrático, cultural e sociologicamente livre (pelo socialismo democrático) que nos legará um dos seus textos mais notáveis que intitula «*A resistência na génese da renovação historiográfica em Portugal*».¹¹ Nele responderá, mais desenvolvidamente à passa - pergunta que lhe remete Reis Torgal, quando no *III Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos*, em Leningrado de 1988, sobre a pergunta-questão de uma colega soviética, a saber, «se as alterações operadas na história não teriam a ver com as que, de facto, se verificaram na consciência cívica dos próprios historiadores». E neste texto Victor de Sá elencou o mais importante dos autores da escrita historiográfica, científica, literária, do jornalismo, dos movimentos cívicos e culturais, antifascistas e de resistência que sobretudo pós 1940 vão associados às lutas pela liberdade, pela democracia, pela cultura, pelo progresso, pela independência de Portugal. E junta o depoimento do seu percurso pessoal que se compagina com muitos destes autores.¹²

Fortemente inspirado nos autores e historiografia francesa – sem ceder aos *estrangeirismos* e *estrangeirados* exóticos – busca Victor de Sá na tradição histórica e historiográfica e ensaística portuguesa os melhores suportes à sua reflexão. Neste aspeto sublinho aqui tão só os autores que ele coloca à cabeça, como inspiração maior, do seu texto teórico e programático para um programa da disciplina de História de Portugal (de ensino e investigação) que apresenta à Universidade do Porto no seu concurso para Professor Agregado. Aí coloca à cabeça e como inspiradores do seu texto e programa da disciplina de História, o Luís António Verney (1746), o Adolfo Coelho (1882), o António Sérgio (1920), a assumir claramente o horizonte das Luzes críticas, o de Educação e Cultura, o do Racionalismo crítico e idealista que são de facto as maiores linhas de força do seu horizonte político, cultural, ideológico e historiográfico, a que poderíamos juntar outros autores que muito utilizou, mais antigos e seus contemporâneos (Ribeiro Sanches, Herculano, Oliveira Martins, Joel Serrão, Magalhães Godinho).¹³ A estes deveriam juntar-se todos os nomes que vão elencados em 1988 naquele capítulo referido sobre a *Resistência na génese da renovação historiográfica em Portugal*.

11 Victor de Sá – *Textos para a reflexão crítica...o.c.*, pág. 69.

12 «Julgo saber, com fundamento em declarações próprias, por conhecimento público ou por testemunhos da época, que a esmagadora maioria dos nomes citados estavam ligados, por uma forma ou outra, a organismos clandestinos de resistência à ditadura política que então dominava. É um pormenor que tem a ver com a relação entre a consciência cívica e a renovação da historiografia».

13 Victor de Sá – *Formação do movimento operário português*. Lição de síntese em concurso para professor da Faculdade do Porto, em 7 de abril de 1978. Centelha, Coimbra, 1978.

O lugar de Victor de Sá é determinante na criação da disciplina e estudos de História Contemporânea de Portugal e seu papel na construção de uma história crítica e científica e da compreensão do presente. Devemos-lhe a eleição historiográfica de temas muito novos na História Contemporânea, sobretudo na vertente política, social e cultural, sobre os novos contributos para o 1º Liberalismo, os novos temas sobre o Colonialismo e Descolonização (que arranca com a teorização sergiana sobre a Política de Fixação e Transporte na História de Portugal desde o século XV e dos primórdios da Expansão) e o movimento operário. E esse outro, que mais que salto epistemológico, é autenticidade de Vida, Cultura e História, *Fascismo no Quotidiano* (1989), refletindo naturalmente certas correntes e agentes da cultura e política portuguesa, desde os seus primórdios e na reação ao 25 de Abril, mas que também lhe sofreu as dores do parto e as perseguições políticas.

Desde cedo, na escola, no movimento e dirigismo estudantil dos seus tempos de liceal, no Liceu Sá de Miranda, em Braga, Victor de Sá faz a experiência cívica da Cultura e da Escola¹⁴. Antes da grande experiência cívica das lutas académicas de Lisboa e Coimbra (1962 e 1969) passando pelas de Paris de 1968, esses que para muitos foi escola de elevação e participação já Victor de Sá tinha feito muitas outras experiências cívicas, (designadamente os das discriminações e pressões políticas em 1947, 1949, 1950, 1955, 1958, 1960 e 1962) que passam pela ação política e cultural.

A sua vida é em grande medida esse esforço para investigar e compreender a *História* nos horizontes da sua Contemporaneidade. Leia-se por isso o notável *Relatório e Programa da disciplina de História Contemporânea*, apresentado ao concurso já referido de Professor de História na FLUP, em 1978 que nos aparece pleno de atualidade e grande coerência e continuidade com o Depoimento de 1969. E mais tarde os *Textos para Reflexão crítica*, referidos, para servir ao ensino no Mestrado em História na Universidade Lusófona (Lisboa, 1994). Mas a lição de coerência e autenticidade no amor à História, à Vida e ao destino cultural e democrático de Portugal perspetivar-se-á para além da vida, na ideia da criação do *Prémio de História Contemporânea*, seus destinatários e objetivos, que tão importante e estimulante têm sido para a investigação universitária em Portugal das gerações mais novas.

Sobre este *Depoimento* e *Entrevista* de Victor de Sá de 1969 não quero deixar de sublinhar a preocupação desde sempre manifestada por desenvolver o ofício do historiador. Com muito pioneirismo chama a atenção para a necessidade de criar as condições de trabalho à investigação e escrita da história, a edição crítica das fontes, a constituição do *corpus* de dados documentais, a criação de centros de investigação, o apoio aos estudantes trabalhadores. Estes são aspetos que só ultimamente

14 *Formação do movimento operário português...o.c.*, pág. 50.

têm ganho mais expressão e atenção na Universidade que precisam de se alargar a outros campos, agora com a mobilidade estudantil, as condições de alojamento.

Este Depoimento que agora de novo se publica continua pois a ser um repto à nossa Universidade, às Academias, ao Ensino da História, às condições críticas intelectuais e materiais de suporte à Disciplina; enfim, os termos em que a História deve estar presente nas nossas Vidas e Quotidianos.

Por isso entendeu a Comissão Executiva do Prémio, de novo reeditá-lo. Com alguns textos mais que permitam a sua mais vasta compreensão: uma *Cronologia da Crise de 69* – que melhor ajude a situar a entrevista; uma *Exposição dos Democratas de Braga* e o *Abaixo Assinado dos Pais de Braga*, dois notáveis e contrastantes testemunhos sobre a leitura e efeitos da crise estudantil – com a resposta do Ministério da Educação, também ela expressiva, – naqueles dois contextos peticionários. E uma recolha de *Testemunhos de Bracarenses* presentes às manifestações estudantis e greve aos exames de 1969.

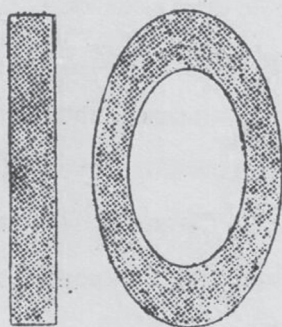
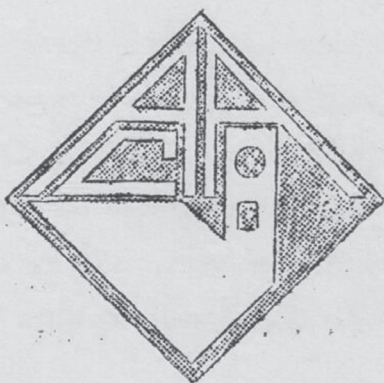
Mas nunca é demais lembrar que muitos outros novos horizontes se abriam ao trabalho cultural de Victor de Sá se lhe não fossem bloqueados, a saber, a atividade livreira e a editorial que foram desde o início a sua grande paixão.

Esta edição – e programa de comemorações do Centenário - como sempre, não poderia ter a sua melhor expressão sem a ideia e trabalho do Henrique Barreto Nunes, que continua a organizar o espólio de Victor de Sá (da BPB/UMinho) com vista à sua mais ampla utilização nas Exposições documentais e Textos e Documentário que se produzirão neste triénio, sobre a Vida e Obra de Victor de Sá.

Por fim, um agradecimento muito especial ao caro amigo Reis Torgal por este seu estudo que nos permite mais serenamente compreender a entrevista de Victor de Sá. E também aos autores dos *Depoimentos* que se associam à evocação da crise de 69, com um certo olhar de estudantes bracarenses em Coimbra, onde então lavra a chama de um tempo novo para Portugal. E ao Eng. José Veloso pela permissão para utilização de algumas fotografias da Crise publicadas no livro que editou a partir da coleção da antiga secção fotográfica da Associação Académica de Coimbra, preservada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. E ao Dr. Elísio Araújo, diretor da Biblioteca Pública de Braga por ter facilitado o acesso ao espólio de Victor de Sá.

O Presidente da Comissão Executiva do Prémio de História Contemporânea Victor de Sá da Universidade do Minho

José Viriato Capela



TEXTOS PARA DISCUSSÃO
PARA A CONSTRU
ÇÃO DE UMA VER
DADEIRA CULTURA
NACIONAL

depõe VICTOR de SÁ

departamento de imprensa
16 de Julho de 1969

Handwritten signature or mark in the bottom right corner.



Victor de Sá, 1969 (Biblioteca Pública de Braga - Espólio de Victor de Sá).

APRESENTAÇÃO

LUÍS REIS TORRAL

Algumas notas pessoais

Antes de mais, permitam-me que agradeça a oportunidade que me deram em recordar, uma vez mais, nesta Apresentação, o Professor Víctor de Sá.

Tive o privilégio de com ele conviver em determinados momentos e de conhecer a sua historiografia, através da leitura dos seus livros, e a sua biografia, que foi sintetizada num dicionário, que coordenei, da autoria de Mário Matos e Lemos, sobre as eleições e a oposição ao Estado Novo¹, biografia essa que se baseou sobretudo nos roteiros traçados pelo meu antigo aluno e amigo de sempre Henrique Barreto Nunes². Igualmente nas minhas pesquisas no arquivo PIDE, na Torre do Tombo, tive ocasião de ver muitos dos documentos que assinou como “perigoso inimigo” do regime de Salazar, embora nunca me tivesse debruçado sobre o seu longo processo³.

Pessoa encantadora no trato pessoal, foi um homem corajoso durante o sistema autoritário (ou totalitário, “à portuguesa”) nas suas versões salazarista e marcelista, nesta altura apelidado eufemisticamente de “Estado Social”. Por isso foi vítima da sua repressão, conforme facilmente se pode depreender e melhor explicaremos.

Depois do 25 de Abril de 1974, participei, em 6-7 de Dezembro de 1991, num ciclo de conferências em honra do Professor Víctor de Sá, realizado no Porto, onde abordei o tema “Sobre a História do Estado Novo. Fontes, bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos”, texto que veio a ser publicado pela *Revista de História das Ideias*, de que era então director⁴. Fiz parte em 1992 e em 2001, do júri do

1 *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*. Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, 2009. A esta obra seguiu-se outra obra sobre o tema da oposição nas eleições do Estado Novo: *Oposição e eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2012 (reedição: 2019).

2 “Victor de Sá – um Homem na História”, in Humberto Baquero Moreno (dir.), *Estudos de História Contemporânea Portuguesa – Homenagem ao Professor Víctor de Sá*. Porto - Lisboa: Centro de História da Universidade do Porto/Livros Horizonte, 1991, e “O Livreiro Víctor de Sá”, in *Fórum*, 41, Janeiro-Junho. Braga: Universidade do Minho, 2007.

3 Só para se ter uma ideia da extensão dos Processos de Víctor de Sá na PIDE/DGS, e com os meus agradecimentos ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cito aqui as suas referências: Processo 37037 SC/Bol, NT 7985; Processo 1149/49 SC/PC, NT 5034; Processo 1169/49 SC/PC, NT 5035; Processo 88/55 SC/PC, NT 5114; Processo 443/58 SC/PC, NT 5192; Processo 383/60 SC/PC, NT 5321; Processo 298/62 SC/PC, 5415; Processo 463/46 SC/SR, NT 2567; Processo 709 SC/E/GT, NT 1446; 802 SC/Reg; 17625 SC/RGP, Lv. 2; Processo 10982 C/PI, NT 4593; Processo 9095 P/PI, NT3594; Processo 72/47 P/PI, NT 2987; Processo 187/49 P/PI, NT 3016; Processo 186/49 P/PI, NT 3016; Processo 62/55 P/PI, NT 3077; Processo 238/62 P/PI, NT 3175; Processo 116/60 P/PI, NT 3139; Processo 1535/37 P/PI, NT 4498; 39 P/Reg, NT Lv.8; 9900 P/Bol, NT 6305; 9371 P/Cad.

4 In *Revista de História das Ideias*, n.º 14, Coimbra: Faculdade de Letras, 1992, pp. 529-554. O texto foi tendo várias versões, nomeadamente no *Dicionário de História do Estado Novo*, coordenado por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, verbete “Historiografia do Estado Novo”, pp. 425-431 e, finalmente no livro da minha autoria, *Estados novos, Estado Novo*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012 (2.ª edição), vol. 2, p. 323 ss..

Prémio Victor de Sá da Universidade do Minho, a que entregou o seu espólio. Em 2002, a revista *Fórum* publicou um volume em sua honra, no qual também participei⁵. Em 2011, realizou-se outro colóquio, comemorativo dos vinte anos da atribuição do prémio, onde voltei ao tema anteriormente apresentado e agora actualizado, sobre a historiografia do Estado Novo⁶. Nessa altura foi apresentado o livro, coordenado por Henrique Barreto Nunes e José Capela, com a história da atribuição do prémio, intitulado, de uma forma feliz, *O mundo continuará a girar*⁷.

Portanto, Victor de Sá marcou, de algum modo, a minha actividade profissional. Mas também povoou os sonhos da minha juventude de mudança científica da História. Fez parte de um naipe de historiadores que, durante o Estado Novo (frequentei a Universidade de 1960 a 1965 ou 66, ano da defesa da tese), constituía o grupo a que chamei “historiadores da oposição” ou, empregando um anglicismo a que sou em geral avesso, historiadores *off the record*, ou, se quisermos, fora do registo dos historiadores do regime e por ele marginalizados. Entre eles estavam Vitorino Magalhães Godinho, Joel Serrão, Fernando Piteira Santos, José Manuel Tengarrinha, António José Saraiva, António Borges Coelho, Augusto da Costa Dias e mais outros nomes (peço desculpa de não mencionar todos), que acabaram ou não por fazer carreira universitária depois do 25 de Abril. Alguns deles, como Victor de Sá, iniciaram o estudo do século XIX, procurando encontrar nele as origens da liberdade e até do socialismo que queriam ver reencontrados no país contra as opções corporativistas autoritárias do regime, a que se chamou também “fascista”⁸.

O ensino, e em especial o ensino da História na Universidade e fora dela, foi um tema que sempre me interessou. A minha geração de estudante, e aquelas que a ela se vieram agregar, viram a História – entendida como saber, memória e ensino – com olhar crítico e até polémico, pelo seu tom narrativista ou factualista (em certos casos mesmo anedótico), documentalista e, sobretudo, ideológico e pondo de parte intencionalmente certas épocas, como a Época Contemporânea. Aí por 1964 ou 1965, a Associação Académica de Coimbra (AAC) conseguiu ainda organizar –

5 “Cidadania e anticidadania no Estado Novo. Imagens de discursos de contradição”, in *Fórum*, n.º 32, “Uma Cidadania para a História”. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, Jul.-Dez., 2002, pp. 5-26.

6 “O Estado Novo na historiografia: uma perspectiva crítica.”

7 *O mundo continuará a girar*. Braga: Universidade do Minho-Conselho Cultural/CITEM, 2011.

8 Na verdade, alguns destes autores escreveram e publicaram obras nos anos 60, e até antes, sobre o século XIX, voltando a uma tradição historiográfica do final de oitocentos: Fernando Piteira Santos, *Geografia e economia da Revolução de 1820*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1962; Joel Serrão, *Estudos oitocentistas*. Vol. I, Lisboa: Ática, 1959, e vol. II, Lisboa: Portugália: 1962; José Manuel Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Portugália, 1965; Augusto da Costa Dias, *A crise da consciência pequeno-burguesa: o nacionalismo literário da geração de 90*. Lisboa: Portugália, 1962 (2.ª edição: 1964). Victor de Sá publicará a sua tese de doutoramento em português no próprio ano de 1969, com edições seguintes em 1974 e 1979: *A crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1969.

contra ventos e marés – um ciclo de conferências sobre a História do século XIX com alguns desses historiadores, a que assisti com a consciência de que o mundo da História portuguesa, como historiografia e como acontecimento, tinha de mudar e estava a mudar. Na Universidade e na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – pese embora o ensino da História permanecer geralmente cristalizado – também tal ia sucedendo paulatinamente, devido ao contributo teórico de Sílvio Lima, de professores que não se situavam exactamente na secção de História (como Maria Helena da Rocha Pereira ou Miguel Baptista Pereira), de alguns assistentes (como Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira) e, sobretudo, de José Sebastião da Silva Dias, formado em Direito e, devido aos seus trabalhos já publicados sobre o século XVI, contratado para suceder a Joaquim de Carvalho nas cadeiras de História da Cultura e de História da Filosofia. Nesses anos organizou o primeiro seminário de História Contemporânea, sobre o Liberalismo e a Contra-Revolução. Nele tive a honra de participar, de investigar nessa área tabu e de escrever a minha tese de licenciatura⁹. Foi essa, sem dúvida, a razão por que vim a coordenar, muito mais tarde, um projecto que tentou traçar um retrato da evolução da História até à “actualidade”, o qual englobava o Brasil, e que deu origem a uma obra em que colaborei e que veio a ser publicada no final do século passado: *História da História em Portugal*¹⁰.

Enfim, simples memórias de quem percorreu já parte destes dois séculos, como estudante, aprendiz de investigador, historiador e professor de História.

Victor de Sá estaria presente com os estudantes de Coimbra em 1969, o ano das grandes lutas académicas contra o regime. Estava eu então, e desde Janeiro de 1968, na “guerra colonial” da Guiné, de onde só regressei em Novembro do ano seguinte. Limitei-me então a receber alguns panfletos que um cunhado meu me enviava através do Serviço Postal Militar, o tão conhecido pela sua sigla, SPM. Do movimento estudantil só ouvia, pois, os seus ecos. E, quando entrei para assistente da Faculdade de Letras de Coimbra, para a área das “cadeiras não agrupadas” de História da Cultura, em Março de 1970, já ele se esfumara, apenas resistindo, como crítica ao regime, à Universidade e ao ensino – ainda assim, para meu espanto, pouco viva (eu que ouvira falar do movimento de 69 e viera de uma guerra com derrota anunciada) –, entre alguns estudantes e professores.

Só mais tarde, durante um ciclo de conferências realizado no Arquivo da Universidade de Coimbra, por altura do seu Sétimo Centenário (1990), vim a perceber que, como estudante mais velho, conhecera Alberto Martins numa das festas tradicionais

9 *Liberalismo e Contra-Revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*. Coimbra: Seminário de Cultura Portuguesa, 1973. Cito pela edição publicada e não pela edição policopiada da tese, de 1966. Essa publicação foi a primeira de uma série de teses sobre o século XIX, editadas sob a direcção de Silva Dias, com o apoio do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC).

10 Luís Reis Torgal, J. M. Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. Segunda edição em 2 volumes: Lisboa, Temas e Debates, 1998.

que, alegre e criticamente, acompanhavam a nossa vida académica, nas “latadas”, na coimbrã “tomada da Bastilha”¹¹ ou na Queima das Fitas, festas que outrora tinham um sentido diferente de hoje, como é distinta a sociedade em que vivemos. Fora ele “mobilizado” pelo nosso curso, para participar, como “caloiro”, numa dessas festividades. Jamais pensava que viria ser ele, como presidente da AAC, a afirmar a tão célebre frase “Peço a palavra”, por altura da inauguração oficial do edifício da Matemática, em 17 de Abril de 1969, na qual o Estado se fez representar pelo próprio Presidente da República almirante Américo Tomás – presidente de uma “República” que continuava autoritária nesse início do marcelismo, significando a sua ala mais radical –, o ministro das Obras Públicas, Rui Sanches, e o ministro da Educação Nacional, José Hermano Saraiva. Este, que viria a ser conhecido depois quase só como comunicador da História na RTP e como autor de livros de divulgação! Como a Memória em certas ocasiões se vai apagando! Ela é por vezes uma irmã da História, mas pouco semelhante a ela, silenciando-a, modificando-a ou mitificando-a.

Victor de Sá e a oposição

Victor de Sá ou, de nome completo, Joaquim Victor Baptista Gomes de Sá, que nasceu em Cambeses, no concelho de Barcelos e distrito de Braga, em 14 de Outubro de 1921, e faleceu em Braga no dia 31 de Dezembro de 2003, foi – como já ficou claro nas minhas palavras memoriais – o exemplo típico do lutador político da oposição democrática contra o autoritarismo salazarista e marcelista.

Foi sindicalista reivindicativo, livreiro cooperativista, preocupado com a “boa leitura” e sua expansão, e editor perseguido. Com o apoio da MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista) fez parte de um núcleo de resistentes de Braga, entre os quais encontramos os nomes sempre recordados de Armando Bacelar, Francisco Salgado Zenha ou Flávio Martins. Teve relações com o PCP e ligou-se ao MUD (Movimento de Unidade Democrática). Colaborou na candidatura de Arlindo Vicente a Presidente da República nas eleições de 1958 e acabou por apoiar Humberto Delgado, como quase todos os oposicionistas. Em 1961 foi candidato a deputado à Assembleia Nacional, pela oposição, no Círculo Eleitoral de Braga. Em 1969 fez parte da lista da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) promovida pelo movimento unitário inspirado pelo PCP, mas a sua candidatura não foi aceite pelo Governo Civil, com o argumento de que estivera ausente do país por mais de cinco anos. Preso várias vezes, foi julgado depois das eleições de 1961 pelo Tribunal Plenário, acusado de fazer parte das Juntas Patrióticas (comissões clandestinas de base, com várias sensibilidades políticas, que lutavam contra o regime de Salazar), e de que foi absolvido.

11 Trata-se do nome irónico que os estudantes deram à ocupação do Instituto de Coimbra, conhecido por “clube dos lentes”, no Colégio de S. Paulo o Ermita (situado na Rua Larga), no dia 25 de Novembro de 1920, para alargar as instalações da sua Associação Académica.

Por isso, o seu percurso académico teria de ser sinuoso e fora dos padrões normais de um estudante e de um historiador. Inscrito no curso, então vigente, de Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras de Coimbra, acabou por ter de interromper em 1958 por ter sido preso, tendo-o terminado no ano seguinte. Mas nunca foi autorizado a ser professor do ensino público, apesar de ter sido nomeado para a Escola Industrial e Comercial de Braga e de que foi impedido de tomar posse.

Obeve, porém, em 1963, uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian – essa instituição cultural que foi, em determinadas ocasiões, uma espécie de “Ministério da Cultura” de oposicionistas – e partiu para Paris. Doutorou-se em 1969 na Sorbonne, com a tese “*La crise du Libéralisme et les premières manifestations des idées socialistes au Portugal (1820-52)*”, cujo júri era formado por Léon Bourdon, director do *Institut d’Études Portugaises et Brésilliènes*, seu orientador, pelo hispanista Pierre Villar e por Albert Silbert, que orientaria muitos portugueses e era então professor da Universidade de Clermont-Ferrand¹². Esse doutoramento, concluído com êxito, só lhe foi reconhecido em Portugal depois do 25 de Abril, sendo de novo publicado em português em 1979, nas suas *Obras Completas*, depois das anteriores edições de 1969 e 1974¹³. Nesse mesmo ano de 1969, no Congresso Republicano de Aveiro, mais uma vez veio ao de cima a sua veia de historiador, iniciada muito antes, apresentando ali a tese “Repercussão em Portugal do surto revolucionário de 1848. A primeira imprensa socialista”.

Só o 25 de Abril de 1974 lhe trouxe alguma consideração oficial, tendo sido professor da Universidade do Porto, da Universidade do Minho, como professor visitante, e, no fim da vida, da Universidade Lusófona, em Lisboa, à qual deixou grande parte da sua biblioteca que tem hoje o seu nome. Politicamente foi eleito por duas vezes (1979 e 1980) como deputado da Assembleia da República por Braga, pela coligação Aliança Povo Unido (APU), liderada pelo PCP.

Eis, pois, em resumo, como resultado de muitas informações orais, a breve biografia de Victor de Sá¹⁴, onde ressalta o político e o profissional de História, com o currículo que a vida lhe permitiu, passada muito tempo, como militante oposicionista, durante o regime autoritário e antidemocrático do Estado Novo.

12 O jornal *República*, no qual Victor de Sá colaborava, veio a dar alguma publicidade a esse doutoramento que se iria realizar, depois de o bolseiro da Gulbenkian ter já entregue a dissertação (*República*, 14.12.1968).

13 *A crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. Ver *supra* nota 8.

14 Ver também a biografia “em linha” da autoria de Helena Pato, com o contributo do filho do Professor Victor de Sá, Victor Louro, “VICTOR DE SÁ (1921 – 2003)” in “Antifascistas da Resistência”: <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/728705230572192/>

O movimento estudantil de 1969

Por razões já referidas, mas sobretudo porque eu, como historiador – apesar do meu percurso pelas relações entre a Universidade e o Estado Novo¹⁵ –, nunca me debrucei sobre o movimento estudantil de 1969, não vou dedicar estas páginas ao acontecimento que, neste ano de 2019, celebra 50 anos.

Apenas começarei por recordar a sua bibliografia, em termos de testemunho e de historiografia (por vezes confundida com a chamada impropriamente “história oral”) sobre os movimentos estudantis. Participantes do movimento académico vieram a escrever sobre ele ou, por outras palavras, sobre a também chamada “crise de 69” (expressão mais duvidosa, porque a Universidade está sempre em “crise”, mas raramente há “movimentos estudantis” que lutam por novos caminhos). Entre eles¹⁶ citemos alguns autores fundamentais: Celso Cruzeiro¹⁷, Rui Namorado¹⁸ e, recentemente, Alberto Martins¹⁹. Quanto à investigação histórica, poderá dizer-se que o tema é ainda muito fresco na memória dos historiadores – talvez ao contrário do movimento estudantil de 1962, que suscitou mais cedo o seu interesse²⁰ –, pelo que estão muito presentes as pressões ideológicas e do discurso oral, dificultando a possibilidade de se fazer uma história objectiva. Todavia, historiadores ou sociólogos como Miguel Cardina²¹, Rui Bebiano, Manuela Cruzeiro e Elísio Estanque²², já prestaram um serviço estimável a esse tipo de pesquisa, usando em certos casos a entrevista e a fonte oral. Acrescentemos ainda que, além da reportagem fotográfica de José Veloso, que pertencia em 1969 à Secção de Fotografia da AAC e que neste ano do cinquentenário a publicou²³, há que ter em conta o interessante documentário sobre a final da Taça de Portugal desse ano, entre a Académica e o Benfica,

15 *A Universidade e o Estado Novo*. O caso de Coimbra. Coimbra: Minerva, 1999.

16 Muitos outros textos poderiam, provavelmente, ser citados. Mas conhecemos um de um jornalista que escreveu duas breves páginas sobre o tema: Torcato Sepúlveda, “Retrato de um jovem brácaro na Coimbra insurrecta”, in Edite Esteves, *1968-1969 a voz de uma geração: a “Capital”, memória de um tempo*. Lisboa: Âncora, 2018, pp. 106-107.

17 *Coimbra, 1969 - A crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*. Porto: Afrontamento, 1989. A última edição desta obra data de 2010.

18 *Abril antes de Abril. A crise universitária de Coimbra de 1969*. Coimbra: Lápis das Memórias, 2016.

19 *Peço a palavra - Coimbra 1969*. Lisboa: Verbo-Babel, 2019.

20 Ver, sobretudo, Álvaro Garrido, *Movimento estudantil e crise do Estado Novo*. Coimbra: Minerva, 1998. Tratou-se da publicação da tese de mestrado, apresentada em 1994, orientada por Amadeu Carvalho Homem.

21 *A Tradição da Contestação. Resistência estudantil no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus, 2008.

22 Rui Bebiano, *O poder da imaginação: juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, 2003; Rui Bebiano e Manuela Cruzeiro, *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Afrontamento, 2006; e Rui Bebiano e Elísio Estanque, *Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

23 *A crise académica de Coimbra 1969. Uma reportagem fotográfica*. Lisboa: Caminho, 2019.

realizado em 2009 por Ricardo Antunes Martins²⁴.

Mas, o que me interessa de momento é a questão de saber em que medida e em que contexto Victor de Sá se relacionou com o movimento estudantil desse ano. Limitar-me-ei, portanto, a esta temática, para já apresentando uma perspectiva geral e sintética sobre o acontecimento.

Recorde-se que, depois da “queda de Salazar” e da tomada de posse de Marcello Caetano, se não despertou uma “primavera”, pois o regime quase só em propaganda se ia modificando, surgiu uma movimentação social e cultural no sentido de novos horizontes. Multiplicavam-se então os movimentos de extrema esquerda e os “católicos” (motivados pelo Concílio do Vaticano II, iniciado em 1961, e pelas encíclicas de João XXIII, como a *Pacem in terris*, de 1963) aumentavam a sua participação crítica contra o regime, o que levou alguns também à cadeia política, juntando-se aos “republicanos”, aos “socialistas” e aos militantes do PCP, partido clandestino que pensava cada vez mais num movimento armado. As “campanhas ultramarinas” (como se dizia oficialmente) promoviam cada vez mais a mobilização para as forças armadas, o que gerava a emigração de muitos jovens das áreas rurais (embora geralmente depois de terem cumprido o serviço militar) e o mal-estar, a revolta e o exílio, sobretudo entre as camadas mais politizadas. Assim, numa tradição de luta – os movimentos académicos vão surgindo ao longo do tempo de forma sinuosa, com objectivos diferentes e com avanços e recuos –, teria de vir ao de cima a contestação estudantil, pondo em questão o autoritarismo do Estado e a “guerra colonial”, mas assumindo-se mais directamente como luta contra a Universidade considerada ultrapassada, contra um ensino pouco atraente e lutando por novas formas de organização com palavras fortes como “autonomia” e “cogestão”. O movimento de 69 é, pois, acima de tudo, um movimento de contestação com novos contornos, o qual contou, inclusivamente, com uma maior participação feminina, que, com base nos costumes ancestrais, o Estado e a Igreja tradicional controlavam.

É neste contexto que o movimento estudantil atinge o seu clímax em 17 de Abril de 1969 com a intervenção histórica de Alberto Martins, que levou alguns estudantes à prisão, seguindo-se o encerramento da Universidade pelo ministro da Educação e a greve aos exames, amplamente participada. Foi um movimento de repercussão nacional, até porque contou com o apoio de muitos professores. E recorde-se que se verificou numa altura em que se efectuava o II Congresso Republicano de Aveiro (Maio de 1969) que preparava e sensibilizava os oposicionistas para a participação nas eleições de Outubro à Assembleia Nacional.

Apesar do entusiasmo desse sector da sociedade na luta política, e mesmo das greves que então se verificaram, o certo é que o sistema não se dava por vencido,

24 *Futebol de Causas*. ZED Filmes, 2009. Filme publicado em DVD depois da sua apresentação pela RTP.

acenando com a “situação de guerra” e, quando muito, condescendendo com o aparcimento “oficial” nas listas da União Nacional de independentes, os quais constituíram o que se veio a chamar a “ala liberal”, que se comprometeu, no entanto, a manter como princípio indiscutível a manutenção do Ultramar. Entretanto, nos meses de Setembro-Outubro – devido à “condescendência” do Ministério que terá respondido pragmática e positivamente a pedidos formulados por alguns “pais de alunos”, apesar de inicialmente ter recusado tal pedido²⁵ – a maioria dos estudantes já veio a desmobilizar-se e os que foram considerados mais militantes, 49, ingressaram coercivamente nas forças armadas. Como seria evidente, num regime corporativista fechado, nessas eleições de Outubro só vieram a ser eleitos os candidatos da União Nacional e, afinal, só então se veio a proclamar a tal “Primavera marcelista”, a qual veio provar-se não passar de uma falsa liberalização do regime, simples adaptação aos novos tempos. Institucionalmente o sistema manteve-se na mesma, como de resto se veio a confirmar mais tarde com a desistência quase massiva dos candidatos da “ala liberal” como candidatos nas eleições de 1973. Só as forças armadas, através de um movimento militar, poderiam pôr termo ao regime autoritário. E assim sucedeu em Abril de 1974.

O movimento estudantil foi, portanto, fugaz, apesar de ter sido – no dizer de um dos seus participantes²⁶ – um “Abril antes de Abril”. Foi-o, na verdade, não nas suas consequências imediatas, mas nos horizontes ideológicos que traçava e a cuja concretização aspirava. É neste ambiente de luta, sobretudo até Julho de 1969, que se inscreve o movimento de novas ideias que vieram ao de cima na academia, sobretudo de Coimbra e também nos outros centros universitários, de Lisboa e do Porto. É neste tempo que encontramos a participação de Victor de Sá.

25 Por exemplo, com data de Junho de 1969, “pais de alunos que frequentam as diversas faculdades da Universidade de Coimbra”, provavelmente de variadas tendências ideológicas, de diversas regiões de Portugal, mas sobretudo de Braga, e de, diferentes profissões, enviaram ao Ministro da Educação Nacional um abaixo-assinado em que procuravam justificar a atitude dos estudantes que – como ali se dizia – mostravam “a obediência generosa a uma ideia de camaradagem tão própria da juventude”. Falava o documento do “clima emocional” que não permitiria “a serenidade necessária para se prepararem convenientemente para as suas provas de exame, no que redundaria numa provável “perda de um ano escolar”, com repercussões “na sua própria economia familiar, e até para o País”. Daí solicitarem que o ministro usasse da “benevolência” e marcasse “uma nova época de exames” ou que “na época de Outubro” lhes fosse “permitido prestar provas de exame em todas as cadeiras, com 1.ª e 2.ª chamada”. A esse pedido, recebido no Ministério em 7 de Junho, o Ministro da Educação Nacional respondeu negativamente, em nome da “legalidade”, por ofício de 4 de Julho seguinte, dirigido ao advogado oposicionista de Braga e um dos subscritores, José Tarroso Gomes. Esse ofício não era, porém, assinado pelo Ministro, mas sim, embora em seu nome, pelo Chefe de Gabinete. Ver estes documentos no arquivo do Professor Victor de Sá, na Biblioteca Pública de Braga, ligada à Universidade do Minho.

26 Cf. Rui Namorado, *ob. cit.*.

As reflexões sobre a sociedade e a Universidade na Academia

De Maio a Julho, em pleno movimento estudantil, surge uma colecção de pequenos cadernos policopiados do Departamento de Imprensa da AAC, intitulada “Textos para discussão”. No verso da capa – na capa, como todos os dez que saíram, ostentava o emblema da Associação – em todos podia ler-se: “Participação de estudantes democraticamente eleitos no Governo da Universidade”. Era uma afirmação irónica, tendo em conta que a Direcção fora suspensa pelo Governo.

Cada um dos cadernos tinha a sua temática. Nesse referido texto n.º 1, coligiam-se alguns extratos de um livro francês intitulado *Quelle Université? Quelle Société?*, publicado no contexto do movimento do “Maio de 68”²⁷. O tema da autonomia e da cogestão constituía o cerne das questões abordadas.²⁸

O caderno n.º 2, com data precisa de 9 de Maio de 69, tinha como tema e título *Democratização do ensino*²⁹. Com citações que iam do pedagogo e anarquista francês Célestin Freinet (1896-1966) ao filósofo católico Roger Garaudy (1913-2012), que depois da guerra (em que participou na Resistência) aderiu ao Partido Comunista Francês, para terminar como defensor da causa palestiniana, passando por uma publicação da UNESCO de autoria de Malcolm S. Adiseshiah (1910-1994), economista e pedagogo indiano, e pelo pedagogo japonês Masunori Hiratsuka (1907-1981), terminava assim esta publicação estudantil:

A democratização do ensino não é um conjunto acabado de medidas envolvendo apenas as estruturas educacionais, mas um processo de permanente destruição de todas as desigualdades, de modo a se ir conseguindo uma cada vez mais efectiva equiparação das oportunidades de todos. Um processo cuja lógica de desenvolvimento interno conduz ao imperativo de se outorgarem a todas as crianças, a todos os jovens, o mínimo de condições sociais necessárias a um aproveitamento integral da democratização das estruturas educacionais.³⁰

Continuando na senda de uma pedagogia utópica, o caderno n.º 3, de 15 de Maio de 69, contestava os exames. O seu título era exactamente *Exames I* (note-se que não surge nenhum outro texto de continuação)³¹. A argumentação era aquela

27 Trata-se da obra *Quelle Université? Quelle Société? Textes réunis par le centre de regroupement des informations universitaires*. Paris, Éditions du Seuil, 1968.

28 *Textos para discussão*. 1. Coimbra: AAC – Departamento de Imprensa, Maio 69.

29 *Democratização do Ensino. Textos para discussão*. 2. Coimbra: AAC – Departamento de Imprensa, 9 maio 69.

30 *Idem*, pp. 10-11.

31 *Textos para discussão. Exames I*. 3. Coimbra: AAC – Departamento de Imprensa, 15 maio 69.

que vemos em teorias ainda hoje usadas, mas que naquela conjuntura tinha o sentido de luta política antiburguesa e anticapitalista, luta que se esgotou nas realidades do presente, ainda que agora procure um verniz social para a justificar. Vejamos um passo que foi transcrito de um texto produzido por “estudantes franceses”:

[...] o exame é antes de mais uma sanção, repressão do indivíduo sabedor e promoção do indivíduo funcionante. Enquanto controle de conhecimentos adquiridos, o exame falsifica a sua finalidade, em verdade dificilmente confessável, que é a promoção de um produto no mercado da hierarquia. Como na realidade acreditar que se promove uma função enquanto se sanciona um indivíduo?³²

A legislação circum-escolar é o tema do caderno n.º 4, de 20 de Maio de 1969³³. Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem que defendia a “liberdade de reunião e de associação” à Constituição Portuguesa de 1933, que afirmava, no artigo 8.º, 14.º, essa mesma liberdade, mas que se referia também às “leis especiais” que teriam como finalidade regulamentar esse e outros direitos (§2.º), tudo é transcrito com a finalidade evidente de provar que o regime vigente dominava a sociedade com sacrifício das suas liberdades, que, todavia, dizia defender. Assim, surgem também publicados vários decretos-lei do Estado Novo, entre eles o conhecido 40.900, de 12 de Dezembro de 1956, que tentava controlar as associações académicas e que provocou grande contestação, sobretudo em Coimbra. Mais tarde, de Junho de 1969, o caderno n.º 8 continuará nesta área legislativa, compilando a legislação disciplinar³⁴.

O caderno n.º 5, de 24 de Maio, procurava provar que os estudantes da Universidade eram fundamentalmente provenientes de um estrato burguês e que a sua reprodução tinha como tendência prolongar essa situação, questão que, curiosamente, ainda hoje parece manter-se³⁵. O objectivo seria, obviamente, justificar a luta pela democratização do ensino e as fontes dos estudos apresentados eram variadas, desde revistas de qualidade que surgiam nas bancas dos jornais, como *Vida Mundial*, a revistas de cultura, desde inquéritos promovidos pela Juventude Universitária Católica (JUC) e considerações gerais do papa Paulo VI até à Carta de Grenoble sobre os direitos e os deveres dos estudantes.

32 *Idem*, pp. 16-17.

33 *Textos para discussão. Legislação circum-escolar (diplomas legais)*. 4. Coimbra: AAC – Departamento de Imprensa, 20 maio 69.

34 *Textos para discussão. Legislação disciplinar*. Coimbra: Departamento de Imprensa, junho 1969.

35 *Origem sócio-económica e posição social do estudante. Textos para discussão*. 5. Coimbra: AAC – Departamento de Imprensa, 24 maio 69. Veja-se o estudo recentemente efectuado pela Fundação Belmiro de Azevedo - Edulog, amplamente reflectido na comunicação social. Ver, por exemplo, *Público*, 26 de Junho de 2019, pp. 1-4, com comentários de Alberto Amaral e do director do jornal, Manuel Carvalho, e o artigo de Francisco de Assis, “A Educação e a Democracia”, in *Público*, 27 de Junho de 2019, p. 6.

O texto n.º 6 vem na sequência do anterior e tem a data de 29 de Maio³⁶. Procura mostrar a relação entre a educação e o desenvolvimento económico, apresentando estatísticas comprovativas, entre elas a que mostrava que Portugal tinha um baixo nível de desenvolvimento de acordo com pequena proporcionalidade de estudantes universitários *per capita*.

O caderno n.º 9, de Junho de 1969, sobre Cinema, Televisão e Ensino, procura mostrar a modernidade das novas técnicas pedagógico-didáticas, citando bibliografia francesa dessa área, mas também um livro polémico do pedagogo Rogério Fernandes³⁷, enquanto o n.º 7, de 30 de Maio, faz uma retrospectiva histórica sobre as considerações relativas à Universidade por intelectuais e políticos dos séculos XIX-XX: Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Bernardino Machado, António José de Almeida e, por fim, António José Saraiva, um dos historiadores da literatura que constituíram o naípe dos intelectuais da oposição ao Estado Novo³⁸. De resto, num desenho satírico, o então estudante de Direito Carlos Santarém apresenta a Universidade como um mendigo que olha para o espelho onde se divisa uma figura do passado, enquadrado pela parte cimeira da Porta Férrea da Universidade de Coimbra, onde se encontra o rei fundador, D. Dinis, ou o rei que transferiu a Universidade para Coimbra, D. João III, e a estátua de Minerva. Esse desenho, reflectindo uma crítica feita por Jorge de Sena, tem como título “A Universidade é o espelho do País”³⁹.

É então que nos vai surgir a entrevista que foi dada por Victor de Sá, que constitui o décimo e derradeiro caderno.

36 *Textos para discussão. Educação e desenvolvimento económico*. 6. Coimbra: AAC – Departamento de Imprensa, 29 maio 1969.

37 *Textos para discussão. Cinema, Televisão e Ensino*. 9. Coimbra: AAC – Departamento de Imprensa, Junho 1969. A obra de Rogério Fernandes é a seguinte: *Ensino: sector em crise*. Lisboa: Prelo, 1967. É citada na bibliografia usada, constante da contra-capa do caderno citado.

38 *Textos para discussão. Universidade em foco. Depoimentos de Antero de Quental, António José de Almeida, António José Saraiva, Bernardino Machado, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão*. Coimbra: AAC – Departamento de Imprensa, 30 maio 1969, com uma introdução do Conselho Cultural da AAC, que tem em epígrafe uma citação de António José Saraiva. Como se pode ver facilmente, o título segue, na citação dos autores cujos depoimentos são transcritos, uma ordem alfabética e não cronológica. O texto de Antero é o conhecido “Manifesto dos Estudantes da Universidade de Coimbra à Opinião Ilustrada do País” (1862-1863), escrito no contexto da luta dos estudantes contra o conservadorismo do reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto; o texto de António José de Almeida é extraído do livro *Desafronta* (1895), com que o autor atacou a Universidade, nomeadamente alguns mestres de Medicina; o texto de António José Saraiva foi transcrito do livro *Para a História da Cultura em Portugal*, de 1945 e reeditado pela Europa-América em 1961, a que se seguiram outras edições; o de Bernardino Machado trata-se da sua oração *de Sapientia*, “A Universidade e a Nação”, de abertura do ano lectivo de 1904-1905; o texto de Eça é um passo do seu livro satírico ao bacharel de Direito de Coimbra a que chama Conde de Abranhos, publicado em 1925; o de Ramalho Ortigão é extraído de *As Farpas* (1871-1882).

39 Esse desenho encontra-se na contra-capa do caderno citado.

Victor de Sá e a crítica à Universidade e ao ensino da História em Portugal

O caderno n.º 10 é, portanto, o último da coleção. Data de 16 de Julho de 1969, contém a entrevista concedida por Victor de Sá à Associação Académica de Coimbra e intitulava-se *Para a construção de uma verdadeira Cultura Nacional*⁴⁰.

No seguimento de contactos anteriores, o historiador foi convidado pelo denominado Grupo de Estudos Históricos, em carta timbrada da Associação, datada de 10 de Abril de 1969, assinada por Maria Alice Brás, que frequentava, na verdade, o curso de História, e por José de Almeida Ferreira, que era estudante de Engenharia, para participar num colóquio que se deveria realizar no dia 30 desse mesmo mês. Pretendia-se também fazer uma pequena exposição com os trabalhos de Victor de Sá, pelo que eles lhe eram solicitados. Na verdade tal não sucedeu, pois o 17 de Abril e os acontecimentos que se lhe seguiram impediram mesmo (segundo informação oral que nos deu Maria Alice Brás) que fosse proferida a dita conferência sobre o Liberalismo numa sala da AAC. Mas foi realizada uma entrevista a Victor de Sá, pelo estudante da Universidade de Coimbra e membro da AAC Custódio Arroja⁴¹, que se destinaria a ser publicada pelo jornal académico *Via Latina*. Todavia, como — segundo diz no referido caderno o Departamento de Imprensa — os Serviços de Censura responderam com o silêncio à homologação do Presidente da AAC para director do jornal, ele acabou por não sair e a entrevista manteve-se inédita. Deste modo, decidiu-se publicá-la na citada coleção “Textos para discussão”. De resto, em carta de 31 de Julho de 1969, Tomás Melo da Fonseca, em nome da Secção de Informação, Propaganda e Estatística da AAC, justificava assim essa publicação da entrevista a Victor de Sá, pedindo-lhe desculpa (como afirmava) da “ousadia de praticarmos esta transplantação sem prévio aviso de V. Ex.ª”.

Não vamos aqui analisar em pormenor a entrevista, pois ela será aqui publicada na íntegra, mas vamos apenas apontar as linhas gerais das respostas de Victor de Sá.

Datada de Gavião, em 28 de Abril de 1969, isto é, já depois do 17 de Abril e pouco antes da sua visita a Coimbra, a entrevista é marcada — nas perguntas formuladas e nas respostas dadas — por dois pontos: a crítica ao ensino e à investigação em História, nomeadamente do século XIX, em Portugal e em especial em Coimbra, em contraste com o que se passava em outros centros universitários, como na Universidade de Paris, frequentada nos últimos anos por Victor de Sá; e o interesse em criar uma “verdadeira cultura nacional”, de que havia indícios que estava a surgir.

40 *Textos para discussão. Para a construção de uma verdadeira Cultura Nacional, depõe Victor de Sá.* Coimbra: AAC – Departamento de Imprensa, 16 de Julho de 1969.

41 Esta informação é dada pelo próprio Victor de Sá, na reedição da entrevista a que à frente faremos referência.

No que respeita ao primeiro ponto, o historiador, que nessa altura já tinha concluído a sua tese de doutoramento na *Sorbonne*, sobre o liberalismo e o aparecimento das primeiras ideias socialistas em Portugal, orientada por Léon Bourdon (que com Albert Silbert, apoiava os estudantes portugueses), refere que foi no período de 1848-1852 que surgiram, na verdade, essas ideias e a afirmação de uma pequena e média burguesia que custou a adquirir os seus direitos por que lutava desde 1820 e que, se não evidencia “retrocesso” na geração de 70, também não revelará grande avanço. Neste contexto, seria necessário voltar as costas a uma pedagogia universitária imperfeita (por vezes quase anedótica, que não ultrapassava o século XVI, como salientava o entrevistador), a qual não dava importância ao século XIX e à História Contemporânea, e criar um Centro de investigação dedicado a essa temática. E recordava então a importância das ideias sociais em Portugal em revistas como *Pensamento Social*, publicada em Lisboa em 1872-1873, impossível de analisar em Portugal devido à Censura, revista essa que contava com a colaboração de Antero de Quental, Oliveira Martins ou José Fontana, este que tinha o seu nome associado a Karl Marx e que expandiu, como outros, o socialismo de Proudhon.

Desta forma, Victor de Sá que, segundo informava, concorrera a uma bolsa do Instituto da Alta Cultura para prosseguir os estudos em Paris, manifestando um sentimento de “estrangeirado” (que busca “lá fora” o que não conseguia encontrar “cá dentro”, onde grassava – segundo dizia – uma generalizada “incompetência pedagógica”), salientava a importância do movimento de ideias e do desenvolvimento da historiografia na capital de França, onde o seminário de Pierre Vilar, sobre o tema “Théorie et pratique de la recherche historique”, era seguido por estudantes de todas as nacionalidades na *École Pratique des Hautes Études* da *Sorbonne*. Urgia, pois, desenvolver a história das ideias sociais e a história económica, que só surgiam fora do contexto da universidade portuguesa, “fora dos muros da universidade” (como dizia), ao contrário do que se passara em França onde Maxime Leroy publicara, já nos anos 40-50, uma *Histoire des Idées Sociales em France*⁴². Era necessário, pois, desmontar a história que era divulgada oficialmente, lutando contra a mitificação ainda existente em Portugal, como já fizera Herculano no respeitante ao “milagre de Ourique”.

Mas – segundo ponto de análise, ou ideia mais ampla, que afinal deu origem ao nome da entrevista publicada pela AAC – seria que a “Cultura Nacional” estaria então em crise, nesse ano de 1969? Victor de Sá não comunga dessa ideia pessimista que lhe era transmitida, naturalmente, pelo jovem entrevistador. Comparava-a com os tempos da década de 40 (o ano da afirmação e da tentativa de reconhecimento do regime através da História, com os Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, miticamente contados por uma historiografia oficial) e notava algum progresso. Havia mais revistas e páginas literárias, conferências e colóquios, teatro de

42 Maxime Leroy, *Histoire des Idées Sociales em France*. 3 vols.. Paris Gallimard, 1946-1954.

jovens, interesse pelo ensaísmo, bibliotecas ambulantes da Fundação Gulbenkian que iam levar os livros onde não se encontravam, jovens portugueses que descobriam novas ideias noutros países que procuravam... Enfim, todos esses indícios revelavam – considerava com algum optimismo Victor de Sá – que estava em curso “uma revolução cultural”. Assim terminava a entrevista:

Dispondo de diferentes meios de investigação e encarando os problemas sob o ângulo de novas perspectivas, estes núcleos irão contribuir decisivamente – estou disso certo – para uma revolução cultural em Portugal naquilo em que uma revolução cultural é efectivamente válida: a valorização de uma herança, não pelo que ela contenha de peso morto ou paralisador, mas pela integração das conquistas humanas do passado na nossa consciência de homens modernos, com vista a enriquecer a nossa experiência colectiva e a melhor orientar a nossa conduta na senda do progresso.⁴³

A integração de Victor de Sá no espírito de 1968 e 1969

Claro que esta intervenção de Victor de Sá é claramente reveladora de uma mentalidade de oposição, ao nível das ideias políticas, culturais e científicas. Omite – o que era de esperar – que na própria Universidade se tentava já construir uma nova historiografia, motivada pela influência da escola dos *Annales*, para só recordar essa Paris idealizada e utópica. Não refere, por exemplo, o que então já se passava em Coimbra com os seminários de Silva Dias, nem as lutas por vezes surdas pelas ciências sociais que surgiam em Lisboa com Sedas Nunes. Falava, sobretudo, do que se fazia “fora dos muros da universidade” e de uma historiografia sobre Portugal que se desenvolvia lá fora, não referindo aqui (por mero esquecimento, pois sabemos que mantinha com o historiador francês uma relação epistolar) o nome de Albert Silbert, que acompanhou e viria a acompanhar alguns dos investigadores portugueses, como Miriam Halpern Pereira, nas suas investigações sobre o liberalismo.

Não encarecendo demasiado a historiografia de Victor de Sá, deve dizer-se que ela foi a historiografia possível nesse tempo: uma historiografia militante de esquerda, como eram militantes, obviamente, as suas ideias em prol de uma nova cultura e de uma nova política, mantendo o princípio de uma unidade na oposição. Estávamos em 1969, sob inspiração do Maio de 68 francês e pensando ainda no que deveria ser a actividade política nas “eleições” legislativas de 1969. Victor de Sá não aderirá às ideias que pretendiam distinguir o socialismo comunista do socialismo democrático, que de resto só se verificou, no plano das candidaturas, em Lisboa, no Porto, em Braga, com a divisão entre a CDE e a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), que, apesar do nome, desejava afastar-se de uma certa hegemonia

43 *Entrevista cit.*, p. 13.

comunista. No distrito de Braga, Victor de Sá lutava pela unidade efectiva da oposição e dirigia a crítica e mesmo o ataque contra o Estado Novo e a Universidade. Assim, num abaixo-assinado de 77 signatários do distrito, datado de Braga em 9 de Junho de 1969, no qual assinava o seu nome em último lugar (foi usada a ordem alfabética do primeiro nome) dirigido ao “Presidente do Conselho de Ministros”, Marcello Caetano, podia ler-se, a suceder à afirmação referida da “crise da Universidade” nacional e a anteceder algumas reivindicações:

No que diz respeito à Universidade de Coimbra, o problema agudizou-se inesperadamente com a tendenciosa interpretação dos factos ocorridos em 17 de Abril, quando da visita do Presidente da República.

A prisão do Presidente da Associação Académica (na impossibilidade física de prender e subjugar toda a Academia), a suspensão de oito estudantes (na impossibilidade de suspender toda a Academia) foram factos praticados por um Reitor e por um Senado iníquos que obviamente o Governo sancionou.

A repressão de que os estudantes foram vítimas fez recordar os períodos mais negros de violência e determinou um frémito de emoção e de indignação de Norte a Sul. Perante tão gravíssimos acontecimentos, o Reitor e o Senado da Universidade de Coimbra não tiveram um acto ou uma palavra de repulsa junto de V. Ex.^a, tão somente porque são os fiéis servidores do regime contra aqueles a quem incumbia decididamente defender.

E para que quaisquer dúvidas se dissipassem quanto à independência e responsabilidade únicas dos órgãos ditos superiores da Universidade coimbrã surgiu, como ponto culminante de um grave conjunto de acontecimentos, a manifestamente infeliz intervenção do Ministro da Educação Nacional através da Rádio-Televisão. Não foi apenas o caudal de inexactidões (que o tempo e a pertinácia dos estudantes acabaram por desmascarar), muito menos as ameaças “paternalistas”, foi o olhar carregado de ódio, a incompreensão e intolerância demonstradas por um antigo professor e até agora principal responsável pela educação em Portugal, que determinaram uma funda reacção de protesto. A diatribe teve, no entanto, um mérito: decidiu, quantos alimentavam algumas dúvidas, a aliarem-se à grande massa dos estudantes.

E tirando daí uma ilação básica oposicionista, o documento concluíu com esta, entre outras frases:

Não se pode governar de costas voltadas para o Povo.

O movimento estudantil de 1969 era, pois, um grande pretexto para a oposição dar-lhe um sentido nacional de luta contra o autoritarismo, que de facto foi.

Embora já tardiamente, no contexto da “revolta dos estudantes”, mas não da luta política contra o sistema que se mantinha, apesar da mudança de “Chefe”, o Movimento da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) do distrito de Braga, em 1 de Outubro de 1969, no próprio mês das eleições legislativas, aproveitava ainda alguma movimentação académica e sua repressão para, numa sessão, aprovar o texto de um telegrama dirigido a Marcello Caetano, que ainda talvez aparecesse no horizonte como réstia de hipótese de tábua de salvação para dividir o regime. Foi este o texto:

Senhor Presidente do Conselho de Ministros

Democratas reunidos em Assembleia da Comissão Democrática Eleitoral de Braga, presidida por Dr. Victor de Sá e secundada por candidatos profundamente indignados contra a brutal agressão física de estudantes e civis da cidade de Coimbra, no dia 25 [de Setembro] e repetida anteontem, revelando um total desprezo pelos direitos mais elementares dos cidadãos por parte do governo de V. Ex.^a, exigem imediatas providências no sentido de evitar repetição da barbárie; imediata demissão do Governador Horácio de Moura e do reitor da Universidade de Coimbra Andrade Gouveia, por manifesta colaboração com as violências praticadas.

O máximo que se conseguiu foi que, na verdade, essas autoridades académicas e civis fossem demitidas, tendo sido nomeadas outras: Horácio de Moura deu lugar a Cunha Matos (1970-1974), Andrade Gouveia a Gouveia Monteiro (1970-1971) e Hermano Saraiva a Veiga Simão (1970-1974). De resto, o sistema manteve-se basicamente o mesmo.

A oportunidade da publicação da entrevista de Victor de Sá

Pode dizer-se, a finalizar, que a entrevista de Victor de Sá, e de outros documentos anexos, promovida agora pela Universidade do Minho, vem na altura certa, por motivos já sublinhados ou que estão nas entrelinhas destas considerações introdutórias. Diga-se, no entanto, que se trata verdadeiramente da sua terceira edição. Victor de Sá publicou-a numa obra polémica em 1970, que veio logo a ser apreendida, intitulada sintomaticamente *Regressar para quê?*⁴⁴. Nela se encontram também outros documentos interessantes, de carácter académico e, especialmente, entrevistas, dado que Victor de Sá nesse ano de 1969 falou com vários jornalistas e, sobretudo, deu uma entrevista ao *Jornal de Notícias*, que

44 *Regressar para quê?*. Lisboa: D. Quixote, 1970, pp. 47-60. É nesta reedição que Victor de Sá informa que a entrevista lhe foi feita pelo estudante Custódio Arroja, como atrás foi dito.

nunca chegou a ser publicada, sendo uma edição de autor também apreendida⁴⁵.

Esta edição vem, pois, no momento oportuno:

Em primeiro lugar, porque se celebra neste ano o cinquentenário do movimento estudantil de Coimbra, assim como (sem quase se falar disso) do II Congresso Republicano de Aveiro, a que se seguiram as eleições legislativas, as últimas, devido à mudança no governo, que poderiam suscitar alguma esperança de transição para a democracia. Por outro lado, no ano que vem, 2020 celebra-se o bicentenário da Revolução do Porto de 24 de Agosto de 1820, que Victor de Sá abordou nos seus estudos e a que deu tanta importância política, como de facto teve, pois foi abolido o sistema absolutista para dar lugar a um sistema liberal, o fugaz “vintismo”, a que sucedeu o cartismo, sucessão abalada pelo ressurgimento do legitimismo miguelista (1828-1834), e pelas “guerras civis”. Finalmente, recorde-se que em 2021 celebrar-se-á o primeiro centenário do nascimento de Victor de Sá, que a Universidade do Minho se prepara para comemorar.

Luís Reis Torgal

Professor Catedrático de História Aposentado da Universidade de Coimbra

45 Além da entrevista concedida à AAC (pp. 47-60), estão publicadas no livro citado as entrevistas dadas a César Príncipe do *Jornal de Notícias*, em 22 de Maio de 1969 (pp. 27-45), ao jornalista Viale Moutinho, do Porto, em Julho de 1969 (pp. 61-79), e a José Azevedo, da revista *Vida Mundial*, em 17 de Outubro de 1969 (pp. 81-101). Victor de Sá publicou antes, em edição de autor (em Braga mas impressa na Póvoa do Varzim, na Sociedade Gráfica Editora Poveira Lda), a entrevista dada ao JN: *Texto integral da entrevista de Victor de Sá ao “Jornal de Notícias” (22 de maio de 1969)*.

**PARA A
CONSTRUÇÃO
DE UMA
VERDADEIRA
CULTURA
NACIONAL**

VICTOR DE SÁ

Apresentação

A entrevista que hoje publicamos era destinada ao nosso jornal «VIA LATINA». Cabe-ria dizer neste momento que a repressão também se abateu sobre a «VIA LATINA» impossibilitada de vir a público porque os Serviços de Censura nada nos comunica-ram sobre o pedido de homologação do Presidente da A.A.C. para Director do Jornal.

Victor Sá poderá considerar-se daqueles verdadeiros mestres, atentos à realidade científica do seu tempo, que está fora da Universidade. Da Universidade moribunda e medieva enquanto lá fora, com outros companheiros, com a sua actividade, com o seu trabalho vai construindo a verdadeira cultura nacional.

Coimbra, Junho de 1969

O Departamento da Imprensa

1. - Uma das teses que o Sr. Dr. defende, creio eu, é que a Geração de 70 na di- vulgação que fez da obra de Proudhon apresenta um retrocesso, quando muito, uma estagnação em face da Geração de 1850-52 que havia já assimilado a obra de Proudhon.

Como explica a limitação do pensamento de 70?

A minha observação a respeito desses dois períodos não incide tanto sobre o avan-ço ou retrocesso de uma geração relativamente a outra, mas sobre a nossa própria perspectiva da apreciação quanto a elas. Na realidade, o que eu sublinho é que não foi a partir da chamada Geração de 70 que se introduziram as ideias socialistas em Portugal. Isto vem-se dizendo e repetindo desde há muito, deixando na penumbra todo o movimento de ideias que agitou os espíritos esclarecidos do nosso país por meados do século passado. Ora eu encontrei aí, sobretudo entre 1848 e 1852, uma grande agitação de ideias que reflecte uma considerável influênci-a dos socialistas utópicos e pequeno-burgueses. É para esta época, pois, que chamo a atenção. Mas se com isso perde originalidade “a Geração de 70”, creio eu que ganhamos nós uma perspectivação mais correcta sobre a evolução das ideias sociais em Portugal. Com efeito, a introdução das ideias socialistas deu-se entre nós por volta de 1850 e não de 1870.

2. Parece-me que as forças filosófico-políticas, entre nós, de 1840 para cá têm lutado principalmente para dar à média e pequena burguesias um lugar ao sol. Estarei a interpretar fielmente o pensamento político português da época citada?

Sim, a média e a pequena burguesias alcançaram entre nós um lugar de cidadania a partir da instauração do liberalismo. O direito de voto, progressiva e gradualmente reconhecido a todos os proprietários ou contribuintes representou a conquista desse “lugar ao sol”, como diz. Mas isso não foi obtido senão através de muitas lutas e de muitos acidentes, guerras civis, mesmo, que agitaram a vida pública portuguesa durante uma boa trintena de anos, ou mais precisamente, entre 1820 e 1852.

3. - O Sr. Dr. estudou em Paris, como bolseiro, a 1.^a metade do século XIX. Tratando-se de um século tão pouco estudado a nível universitário, e além disso um período importante para compreender a nossa época, pensa estudar a 2.^a metade do mesmo século?

Poderia fazê-lo mesmo em Portugal?

Sim, é minha aspiração prosseguir as investigações com vista a cobrir a segunda metade do século dezanove no que respeita ao movimento das ideias sociais em Portugal. É esta, de resto, uma história que está por fazer entre nós, e que teremos de nos apressar a promovê-la nós próprios se não quisermos correr o risco de que ela venha a ser feita por estrangeiros, como já está a acontecer, ainda que com exemplar mestria, nos domínios da história económica e agronómica.

Mas para empreender uma semelhante obra é indispensável dispor de condições apropriadas. Há toda uma infra-estrutura de investigações históricas a montar, e isso ultrapassa o quadro das possibilidades individuais. É preciso criar-se um Centro de investigações que reúna e classifique toda a imensidade de dados que será necessário colher, para se evitar cair numa história que seja uma série dos lugares-comuns que há dezenas de anos se repetem entre nós, mas que nem sempre assentam num mínimo sequer de fundamentos objectivos.

Esta consideração liga-se directamente à última parta da sua pergunta, isto é, se o estudo a empreender pode fazer-se mesmo em Portugal. A verdade é que nós não dispomos aqui de todo o material arquivístico necessário para fazermos a nossa própria história, ainda que, por outro lado, dispunhamos de muito material original que não é possível encontrar-se lá fora.

Mas mesmo com respeito ao material que cá temos, faltam-nos organismos de investigação suficientemente vivos e dinâmicos, quer dizer, em elevado grau de organização e de utilização, assim como equipas de investigadores em plena laboração para promover um real aproveitamento do material que, nos melhores casos, jaz nos arquivos e bibliotecas.

A verdade é, com efeito, que não tem havido o cuidado de se colecionar em Portugal as imensas fontes bibliográficas e arquivísticas que outros países têm guardado ciosamente. É assim que, por exemplo, não se pode consultar aqui uma colecção da revista “Pensamento Social” publicada em Lisboa nos anos de 1872 e 1873, colaborada por Antero de Quental, José Fontana, Oliveira Martins, etc.. A Biblioteca Nacional apenas dispõe de 4 números, e as outras bibliotecas do país parece que nem esses possuem. Contudo, a colecção é composta por mais de 50, e eu conheço, mas fora de Portugal, uma colecção a que falta um número apenas. Esse é um caso. Apontamos outro: quem saberá que a assinatura de José Fontana se encontra junta à de Karl Marx num documento pelo menos da Associação internacional dos Trabalhadores, como eu já vi em Paris através de uma fotocópia?

Aqui estão dois exemplos que mostram como são limitadíssimos - e portanto propícios a erradas interpretações - os dados arquivísticos e bibliográficos de que dispomos no nosso país para podermos empreender com honestidade científica uma história das ideias sociais em Portugal

Por todas essas razões, eu requeri recentemente uma nova bolsa de estudos, desta vez ao Instituto de Alta Cultura, que no passado mês de Março publicou nos jornais diários anúncios a oferecer bolsas para licenciados portugueses no estrangeiro. Propus-me investigar, através de fontes existentes tanto no nosso país como lá fora, o movimento das ideias sociais em Portugal na segunda metade do século XIX. Depois da minha tese já apresentada sobre a crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852), seria esta uma nova etapa conducente a uma investigação sistemática sobre Historia das Ideias Sociais em Portugal. Em França e em diversos países da Europa e da América tem sido desenvolvida nos últimos decénios, particularmente no último quarto do século, a história dos movimentos e ideias sociais, como nos testemunham, entre muitíssimos outros exemplos, os 3 volumes de Marxime Leroy, Histoire de Idées sociales en France (Paris, 1947-1954). Em Portugal estamos atrasadíssimos neste domínio, e importa suprir, mas numa base de séria investigação, a falta de uma história portuguesa desse género.

4. - Nós, pelo menos no que respeita à Faculdade de Letras de Coimbra, não estudamos a História Contemporânea. Lembro-me que a cadeira de “História Moderna e Contemporânea” não ia além do século XVI e ainda por cima nos obrigavam a conhecer os crimes dos tiranos da Renascença e as indigestões dos Papas! No que respeita à História de Portugal o liberalismo era zona interdita. Não falo já da mesma preocupação em contar historietas e não fazer História.

Gostaria que o Sr. Dr. nos falasse dos prejuízos que para a cultura portuguesa representa esta visão deformada e parcial da História.

O tema que me propõe não comporta o desenvolvimento necessário no âmbito de uma simples entrevista. Ele implica não só a análise do fenómeno em si, mas ainda o estudo de toda a conjuntura socio-cultural que a determina. Isto é, sendo inegável e evidente o prejuízo que resulta, para a cultura portuguesa e para a consciência cívica de nós próprios, da maneira caricata como é regida em alguns casos a cadeira de História Moderna – a sua experiência universitária coincide neste aspecto com a minha, que também fiz em Coimbra essa cadeira - importaria averiguar se é por mera incompetência pedagógica que um tal fenómeno se constata, ou se não haverá ainda por detrás dele, cumulativamente, o objectivo intencional de alienar os universitários das Faculdades de Letras pelo menos de toda uma consciência crítica necessária à formação do homem moderno. Digo isto porque, se quanto à História Moderna as coisas se passam em Coimbra – e há quantos anos! – da forma caricata que enunciou na sua pergunta, quanto à História Contemporânea ela não tem sido sequer estudada, nem em Coimbra, nem em Lisboa nem no Porto. Assim, o universitário português, mesmo formado em História, sai das Faculdades de Letras sem ter tomado qualquer contacto válido tanto com os acontecimentos histórico-políticos posteriores à Revolução Francesa, como em relação ao rico e complexo movimento de ideias político-sociais que desde então se desenvolveu mais ou menos por todo o mundo. Daí a ignorância que entre nós geralmente existe sobre a História Contemporânea, e as tremendas confusões que subsistem mais ou menos nas cabeças de todos no que respeita à História do Liberalismo, uma história tão mistificada como a que o liberal Herculano criticou na tradição alcobacense do “milagre de Ourique”.

Esta visão deformada da História Contemporânea coloca-nos em posição de inferioridade perante nós próprios, em primeiro lugar, uma inferioridade que logo se evidencia quando nos pomos em contacto com centros historiográficos estrangeiros, pois nas últimas décadas tem sido enorme por toda a parte o desenvolvimento das investigações sobre este período recente. Verifiquei isso em Paris ao frequentar, por exemplo, os cursos do Prof. Pierre Vilar na “École Pratique des Hautes Études” da Sorbone. Ainda no corrente ano lectivo subia a mais de sessenta o número de jovens investigadores que lá acorreram de todo o mundo, desde os Estados Unidos ao Japão, sobressaindo entre eles espanhóis e oriundos da América Latina, vivamente interessados em participar nos seminários que esse Mestre dirigia sobre “Théorie et pratique de la recherche historique”. Através do rico e variado panorama que me ofereciam esses seminários, verdadeiros cadinhos em que se filtravam os métodos da historiografia moderna, pude assegurar-me do interesse, do autêntico renascimento da historiografia que busca esclarecer o sentido das épocas mais recentes da história dos povos. Contudo, entre nós, vive-se ainda a época heróica de uma tímida iniciação da história económica, que nos casos mais válidos se processa fora de muros das universidades.

5. – Hoje em dia deparamos com um desinteresse quase total pelos valores da nossa cultura. Voltamo-nos para as culturas estrangeiras. No campo literário a situação é calamitosa. Quem de nós lê hoje Aquilino? O mesmo acontece e mais agudamente no campo filosófico-político.

Quem procura hoje conhecer o pensamento de um Oliveira Martins?

Sem me arvorar em falsa nacionalista, queria que o Sr. Dr. me falasse das razões desta descrença pelo nosso património cultural.

Tenho dúvidas em solidarizar-me com o anunciado pessimista desta pergunta sobre o nosso património cultural. Na realidade, o que se me afigura é exactamente o contrário, isto é, que existe actualmente um renascimento de interesse pelo nosso património cultural, sobretudo o de feição literária, histórica e artística como já não existia há mais de meio século seguramente. Por certo não são os quadros universitários os que reflectem mais fielmente este renascimento, se bem que também não lhes seja de todo estranho. Mas quem leia revistas e páginas literárias, quem assista a conferências e colóquios, a exposições, a teatro representado por jovens, etc., pode constatar como é vivo o interesse actual pelo património cultural português, como de resto por todos os problemas do mundo moderno. É um bom signo. Outro índice desse interesse é a enorme procura e o rápido escoamento das obras que se publicam sobre a história e a cultura portuguesas. Atentemos neste caso significativo de que o ensaísmo é hoje um dos géneros mais prestigiados em Portugal.

Quanto a serem lidos estes ou aqueles escritores, não disponho de quaisquer índices ou números estatísticos para responder de um modo rigoroso. Mas, ao contrário das nossas impressões subjectivas, creio que poderiam depor com mais autoridade os encarregados das bibliotecas. Não digo das grandes bibliotecas públicas, como a Nacional de Lisboa, cujos índices de frequência têm descido num sintoma claro de como estas instituições não estão a corresponder às exigências crescentes do público leitor português. Mas falo das hoje já relativamente numerosas bibliotecas populares, de clubes, associações, escolas, municípios, e sobretudo dessa rede dinâmica de bibliotecas circulantes da Fundação Gulbenkian, diàriamente assediadas por uma verdadeira avalanche de leitores com uma sofreguidão que felizmente avassalou as populações rurais do nosso país. Tudo isso, mesmo sem esquecer as limitações muitas vezes impostas a estas actividades, conduz a uma perspectiva optimista quanto às possibilidades de valorização do património cultural português.

E tanto mais optimista quanto é certo que esta realidade actual contrasta com a situação cultural confrangedora que foi a dos anos trinta e quarenta.

Posso acrescentar ainda o testemunho sobre o que observei nos meios juvenis de portugueses instalados em França, aliás idênticos neste aspecto ao que se encontra

noutros países, como a Suíça, a Itália, a Bélgica, a Inglaterra, etc.. Por toda a parte, e não só nesses países da Europa ocidental, existem núcleos de jovens portugueses vivamente interessados e empenhados na valorização do nosso património cultural. Dispondo de diferentes meios de investigação e encarando os problemas sob o ângulo de novas perspectivas, estes núcleos irão contribuir decisivamente – estou disso certo – para uma revolução cultural em Portugal naquilo em que uma revolução cultural é efectivamente válida: a valorização de uma herança, não pelo que ela contenha de peso morto ou paralizador, mas pela integração das conquistas humanas do passado na nossa consciência de homens modernos, com vista a enriquecer a nossa experiência colectiva e a melhor orientar a nossa conduta na senda do progresso.

Gavião, 28 de Abril de 1969.

**CRISE
ACADÉMICA,
COIMBRA
1969**

CRONOLOGIA BREVE

Publicada no “Jornal de Notícias” em 14 Abr. 1989, adaptação de H. B. Nunes.

1968

Fevereiro - comunicado do CR (Conselho das Repúblicas) e dos organismos autónomos da AAC (Associação Académica de Coimbra), TUNA, TEUC, CITAC, CORAL DAS LETRAS E CORO MISTO) anunciando a constituição da CPE - Comissão Pró-Eleições (a AAC vivia desde 1965 em regime de «comissão administrativa» anualmente nomeada pelo Governo);

Outubro - A CPE entrega ao reitor um documento com 2500 assinaturas, reforçando o pedido de eleições para a AAC; no dia 26 o Governo coloca nova «comissão administrativa» à frente da associação;

Novembro - no dia 1, os jornais «A Capital» e «Diário de Lisboa» noticiam a realização de eleições; a 25 têm lugar as celebrações da «**Tomada da Bastilha**», com dirigentes das três academias a participarem num enorme cortejo nocturno com cerca de 5000 estudantes a reivindicarem eleições; a 27 sabe-se que as eleições para a AAC terão lugar em Fevereiro;

Dezembro - o CR prossegue a divulgação do seu programa eleitoral sob o lema “Para uma universidade nova” com a edição de dez cadernos sobre temas associativos e universitários.

1969

Janeiro - as eleições são marcadas para 12 de Fevereiro; a 28 aparece uma segunda lista (MRR - Movimento da Renovação e Reforma) apoiada por um reduzido sector conservador; o número de sócios da AAC sobe de uma escassa centena com situação regularizada para mais de dois milhares;

Fevereiro - eleições para a AAC a 12, **a lista CR obtém 75,1% dos votos**;

Março - tomada de posse da nova direcção-geral no dia 8; as secções da AAC reconstituem-se e escolhem os seus dirigentes; centenas de estudantes inscrevem-se nas secções; criam-se novos grupos culturais; nas faculdades, as Juntas de Delegados preparam trabalhos sobre questões pedagógicas dos diversos cursos;

Abril - inauguração do edifício de Matemática no dia 17; o presidente da AAC, Alberto Martins, é impedido de falar pelas autoridades; na madrugada de 18 A. Martins é preso por sete «pides»; a Polícia persegue e agride estudantes que se refugiam toda a noite nas instalações da AAC, que é cercada pela Polícia de

choque com cães e viaturas; o presidente da AAC é libertado ao fim da manhã do dia 18; assembleia de estudantes nos Gerais de tarde; no dia 22 o ministro José Hermano Saraiva suspende os dirigentes da AAC de «todas as prerrogativas universitárias» incluindo a ida às aulas; Assembleia Magna de tarde (assistem professores) aprova «luto académico» com as aulas transformadas em debates; ocupação da Universidade; estudantes reivindicam levantamento das suspensões e das faltas dos dirigentes; no dia 30 o ministro fala na televisão - diz que Coimbra está infestada de «agitadores perigosos» e faz ameaças: «a ordem vai ser restabelecida na Universidade de Coimbra»;

Maio - Assembleia Magna no dia 1 que massivamente delibera pela continuidade do «luto académico»; intensa actividade cultural na AAC e grande participação nos debates pedagógicos a nível dos cursos; no dia 6, em nota na imprensa, o ministro manda encerrar a Universidade de Coimbra até aos exames; convívios, teatro, música, exposições, publicação de textos, debates, colóquios, conferências, com especialistas de todo o país animam a vida cultural na AAC; quartanistas, em sinal de luto, cancelam a Queima das Fitas; a 28, durante a manhã, a Reitoria diz que está em condições de garantir a realização dos exames; no mesmo dia à tarde, uma Assembleia Magna com mais de cinco mil estudantes aprova em definitivo a **greve aos exames** (190 votos contra e 40 abstenções).

Junho - dia 2: primeiro dia de exames; Coimbra é uma cidade totalmente ocupada por Polícia e tropas; a universidade está isolada por um cordão de GNR a cavalo; piquetes impedem que alguns vão aos exames mas a greve é um facto e os resultados da primeira semana são elucidativos; o país continua a não saber o que se passa em Coimbra; jornais tentam iludir a censura através de uma linguagem velada falando dos muitos «turistas» e muito «trânsito» (policías e seus carros e jipes com arame farpado) que engarrafa a cidade... Reitoria e directores de faculdades prometem «segundas chamadas» para exames...

Em 11 de junho, 85 docentes da Universidade de Coimbra, em carta ao Senado Universitário, referem o «aparato policial sem precedentes, em contraste com a firme contenção da grande massa do corpo estudantil» e pedem que o senado «mova todos os seus esforços no sentido de restabelecer sem demora o diálogo com os estudantes, suspensos há dois meses».

Ao longo do mês sucedem-se provocações a estudantes, o Governo orchestra uma campanha com base em pretensas «cartas de cidadãos» aflitos com as destruições praticadas em Coimbra; a cidade ri-se, os estudantes distribuem flores à população (e aos policiais!), lançam balões nos céus da cidade e continuam a trabalhar na AAC; regra nº um: nem uma confrontação, nem uma só resposta às provocações dos «pides» e dos policías (PJ, PSP e GNR) com seus cães perigosos

rosnando ao virar da esquina; a PJ, então, esmera-se, procurando afanosamente «atentados» feitos por estudantes e insulta, com linguagem soez, as universitárias. Conclusão: nem Governo nem polícias, nem regime sabem como sair do atoleiro em que se meteram. Todavia, continuam a prender estudantes. Por todo o país surgem manifestações de solidariedade (em Braga, p. ex., através de um comunicado dos Democratas). A 22, Coimbra está em peso em Lisboa, no Estádio Nacional, para assistir à final da Taça de Portugal em futebol, sem a presença do presidente da República nem transmissão televisiva. Ondulam bandeiras, faixas e cartazes, distribuem-se comunicados denunciando a repressão, a equipa de estudantes/futebolistas da AAC entra de luto no estádio. Foi provavelmente o maior comício contra o regime de Salazar/ Caetano até então realizado.

Nova ameaça do Governo: diploma do Conselho de Ministros faz depender do «comportamento escolar» o adiamento da incorporação nas Forças Armadas; dirigentes estudantis e grevistas com guia de marcha para a guerra colonial; mais uma vez o Governo erra: esses milicianos vão engrossar a resistência ao regime dentro das Forças Armadas.

Julho - os dados da Secção de Informação, Propaganda e Estatística da AAC sobre a **greve aos exames** são os seguintes (em 24 de julho): Direito - 85%; Letras - 94,8%; Medicina - 92%; Ciências - 86,5%; Farmácia - 66,8%; **média total da greve aos exames - 86,8%**.

Agosto e Setembro - Mandado de captura contra a direcção da AAC, que é presa; a 8 as autoridades encerram as instalações da AAC; direcção-geral sai em liberdade; incorporação forçada dos dirigentes estudantis nas Forças Armadas (Setembro) com esboço de manifestação contra a guerra colonial em Coimbra; a 25 Set., para impedir a realização de uma Assembleia Magna, a Polícia ataca por toda a cidade, invade cafés, agride, prende, lança granadas lacrimogéneas sobre estudantes e também sobre a população. «**Liberdade, liberdade!**» era o grito dos estudantes e das gentes de Coimbra. A «primavera marcelista» mostrava-se.

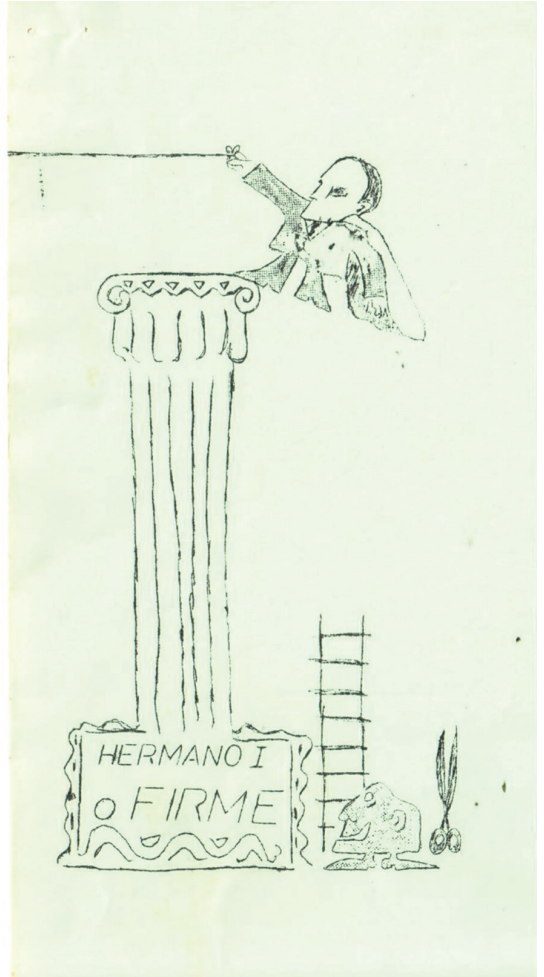
Outubro - Movimento em refluxo; segunda época de exames funciona normalmente.

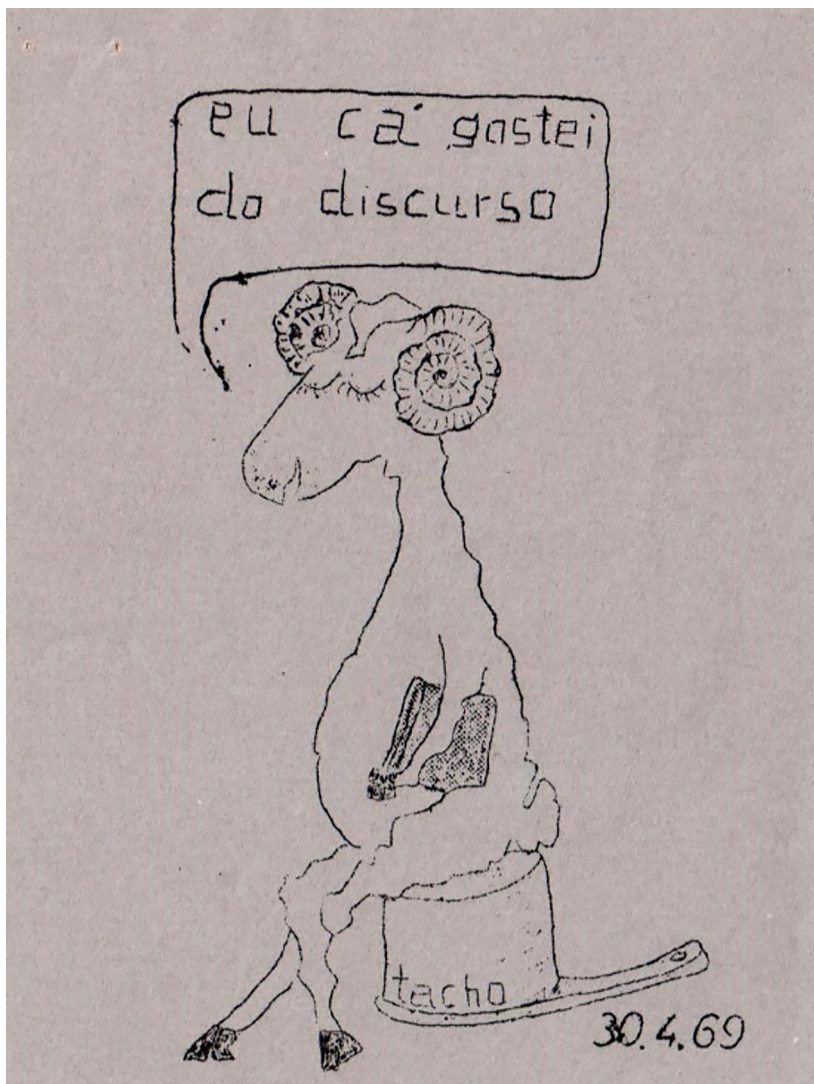
1970

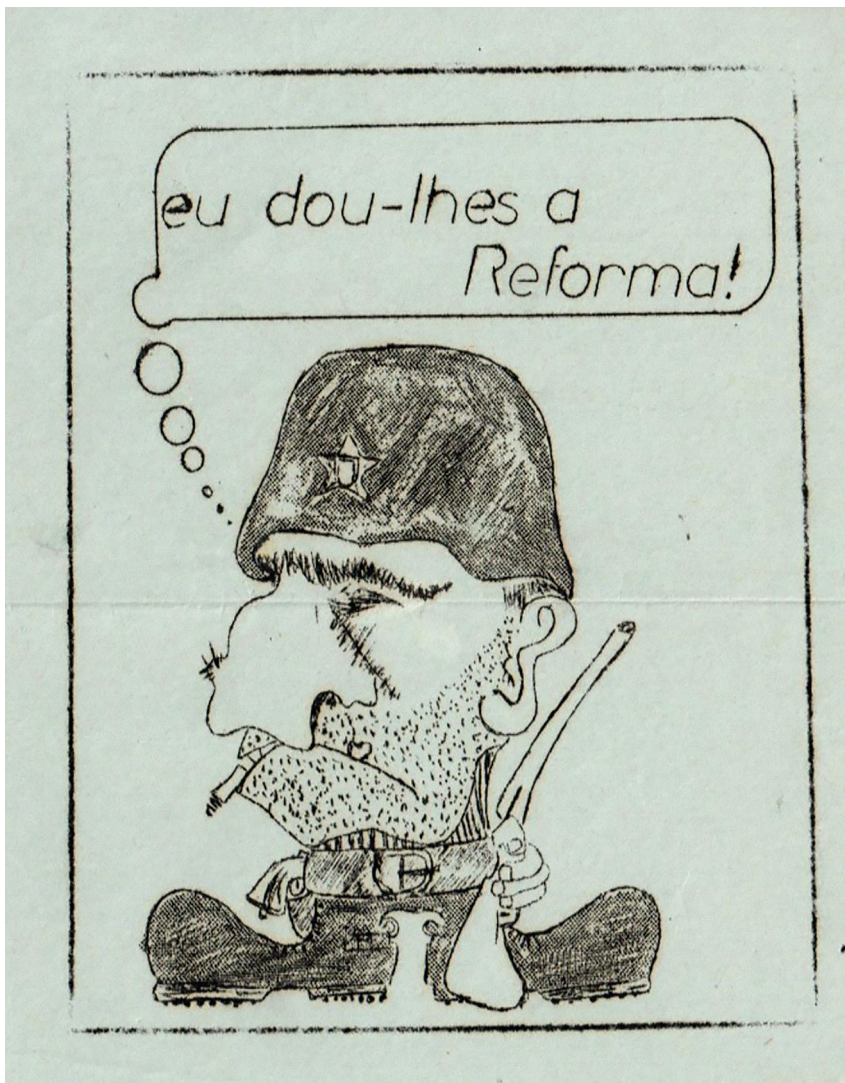
Janeiro - Marcelo Caetano vê-se obrigado a ceder: substitui Hermano Saraiva por Veiga Simão e pouco depois é colocado na Reitoria da Universidade de Coimbra Gouveia Monteiro, um professor que tinha a confiança dos estudantes.

ICONOGRAFIA

Coleção particular.

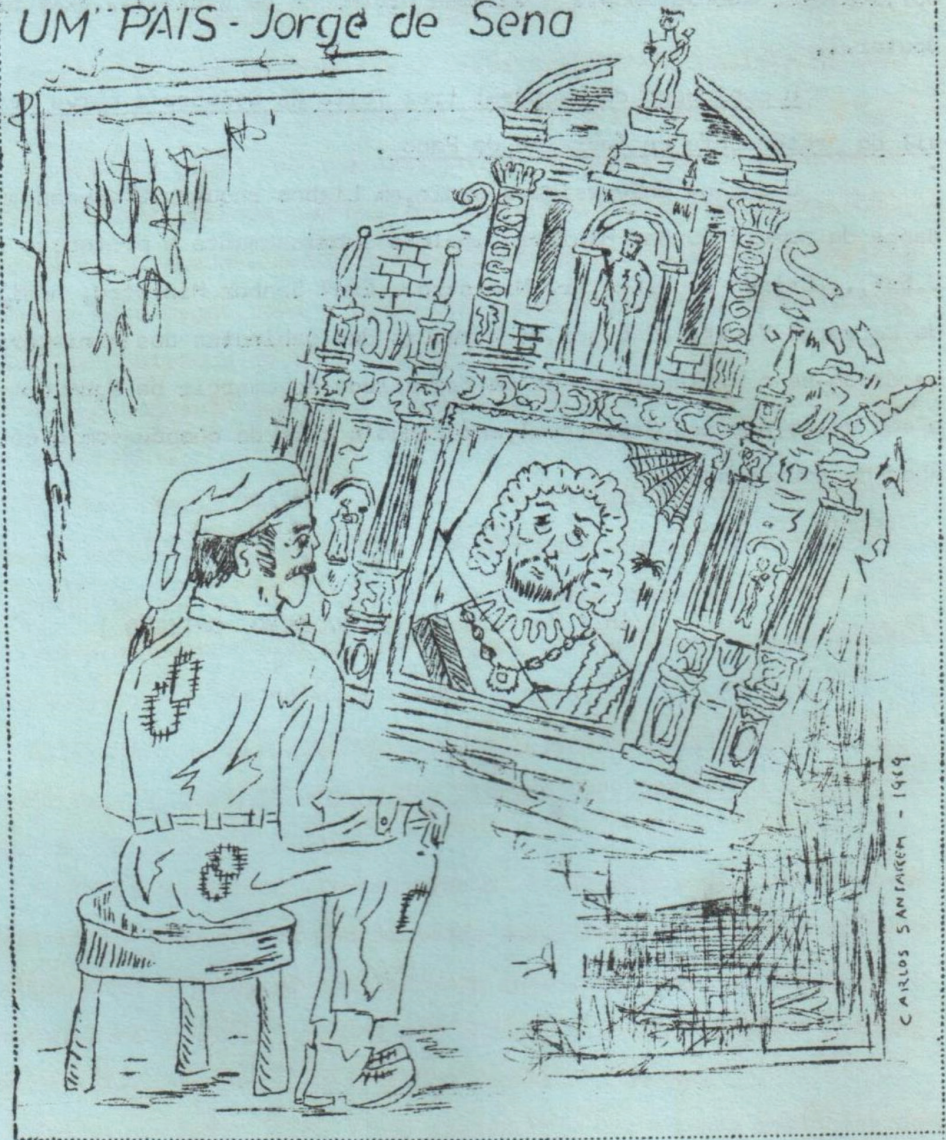




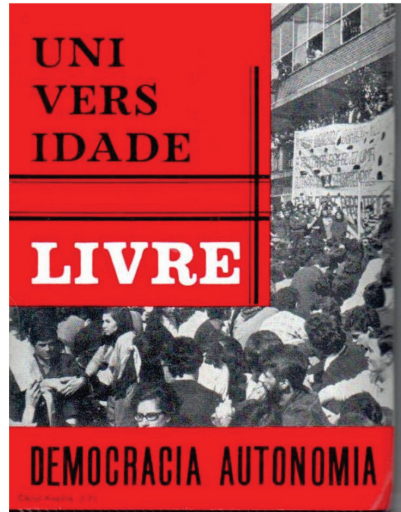




A UNIVERSIDADE É O ESPELHO DE
UM PAÍS - Jorge de Sena



PARA
UMA
UNIVERSIDADE
DE
NOVA
Geraç





OS ESTUDANTES LUTAM POR UMA UNIVERSIDADE
EM QUE POSSAM VIVER COMO HOMENS,
E, COMO HOMENS, TRABALHAR EM
BENEFICIO DE TODOS.

O homem que trabalha, vítima de uma política educacional gizada em benefício exclusivo dos privilegiados, vítima de uma informação monopolizada pelo Governo, vive um pouco alheio ao problema do Ensino e da Universidade.

Ele forma a opinião pública, mas esta carece de elementos que lhe permitam julgar, com honesta imparcialidade, dos argumentos e comportamentos daqueles que se defrontam na presente crise: autoridades governamentais, autoridades académicas, professores, pais e estudantes.

A opinião pública só pode pronunciar-se conscientemente depois de ouvir e valorizar o depoimento de cada um dos interessados.

A verdade, porém, é que graças ao monopólio governamental da T.V., da E.N. e graças à censura que, servindo o governo, não serve o país, a opinião pública só tem direito à nota informativa ministerial ou policial.

Nunca o cidadão português viu no écran da T.V. um estudante exercendo o seu direito de resposta e de defesa, um locutor lendo um comunicado da Associação Académica de Coimbra. Nunca os jornais tiveram a liberdade de informar o País sobre os acontecimentos de Coimbra.



28 de Maio, Assembleia Magna que decidiu a abstenção a exame.

A UNIDADE E VONTADE COLECTIVA DA ACADEMIA DE COIMBRA NÃO SE DESMORONAM
POIS ASSENTAM NA AUTÊNTICA SOLIDARIEDADE DOS ESTUDANTES.

Excelência :

Os Democratas do Distrito de Braga, conscientes das graves responsabilidades que lhes cabem, como representantes de uma forte corrente de opinião, não podem deixar de intervir na profunda crise provocada pelo Governo na Universidade de Coimbra. Aliás, nunca nos mantivemos indiferentes a esta crise, pois sempre entendemos da mais elementar justiça apoiar incondicionalmente os estudantes nas suas pretensões objectivadas numa universidade nova, mas nunca interviemos directamente na acção, cuja principal responsabilidade cabe e caberá aos estudantes e aos professores.

Hoje, porém, face à situação criada, o nosso silêncio poderia significar cumplicidade ou indeferença perante a mais notável demonstração de consciência colectiva verificada nos últimos decénios no nosso país.

A crise da Universidade não é um problema apenas nacional. Em Portugal, porém, assume aspectos dramáticos, dadas as condições políticas, sociais, económicas para que o país foi lançado em mais de 40 anos de governo autocrático.

No que diz respeito à Universidade de Coimbra, o problema agudizou-se inesperadamente com a tendenciosa interpretação dos factos ocorridos em 17 de Abril, quando da visita do Presidente da República.

A prisão do Presidente da Associação Académica (na impossibilidade física de prender e subjugar toda a Academia), a suspensão de oito estudantes (na impossibilidade de suspender toda a Academia) foram actos praticados por um Reitor e por um Senado iníquos, que obviamente o Governo sancionou.

A repressão de que os estudantes foram vítimas fez recordar os períodos mais negros de violência, e determinou um fremito de emoção e indignação de Norte a Sul. Perante tão gravíssimos acontecimentos, o Reitor e o Senado da Universidade de Coimbra não tiveram um acto ou uma palavra de repulsa junto de V. Ex.^a, tão sòmente porque são os fiéis servidores do regime contra aqueles a quem incumbia decididamente defender.

E para que quaisquer dúvidas se dessiçassem quanto à independência e responsabilidades única dos órgãos ditos superiores da Universidade coimbrã, surgiu, como ponto culminante de um grave conjunto de acontecimentos, a manifestamente infeliz intervenção do Ministro da Educação Nacional através da Rádio-Televisão. Não foi apenas o caudal de inexactidões (que o tempo e a pertinácia dos estudantes acabaram por desmacarar), muito menos as ameaças "paternalistas", foi o olhar carregado de ódio, a incompreensão e intolerância demonstradas por um antigo professor e até agora principal responsável pela educação em Portugal, que determinaram uma funda reacção de protesto. A diatribe teve, no entanto, um mérito: decidiu, quantos alimentavam algumas dúvidas, a aliarem-se à grande massa dos estudantes.

Senhor Presidente do Conselho :

Não tem paralelo em todo o Mundo o que hoje acontece na Universidade de Coimbra, constituindo para todos os democratas portugueses um motivo do mais legítimo orgulho verificar o civismo, a firmeza, a clarividência, a serenidade, a objectividade, a consciência de classe de que os estudantes e professores têm dado provas na sua luta por uma Universidade livre e democrática.

Não se pode governar de costas voltadas para o Povo.

Não pode V. Ex.^a desconhecer que mais de cinco mil estudantes estão firmemente unidos com a esmagadora maioria dos seus professores, formando um núcleo excepcionalmente rico de uma autêntica — porque livre — universidade nova.

As manobras dilatórias que têm vindo a ser utilizadas já nada acrescentam aos "méritos" de quem as instiga e realiza, e tornam mais espessa a muralha que defende a autêntica universidade.

Senhor Presidente do Conselho :

Milhares de pais angustiados assistem impotentes a esta luta que os estudantes travam pela sua Universidade e pelo futuro do seu País. Dentre eles, possivelmente a maioria compreende a grandeza dos valores que estão em jogo, muitos outros não entenderão o sacrifício e outros preocupar-se-ão, muito justamente, com os problemas que a não comparência aos exames determina (corte dos cursos por imposições militares, perda de bolsas de estudo ou de isenção de propinas, sacrifícios financeiros terríveis ocasionados pela perda do ano).

Está nas mãos de V. Ex.^a e do Governo praticar um acto de justiça em relação a essa extraordinária Academia de Coimbra, exemplarmente patriótica, que altivamente representa os valores imorredoiros de Portugal autêntico.

Para isso é indispensável que sejam desimpedidos os caminhos que hão-de levar à solução imediata e mediata dos presentes problemas postos pela Universidade portuguesa.

Apelamos para o Governo, na pessoa de V. Ex.ª, para que:

- 1.º — Levante as suspensões aos estudantes;
- 2.º — Mandê arquivar os processos de inquérito;
- 3.º — Mandê eliminar as faltas marcadas aos estudantes durante o período de luto académico;
- 4.º — Seja autorizado a alunos e professores elegerem os seus representantes para uma comissão que marcará um novo período de exames e procurará dar a sua contribuição para a solução dos problemas que afligem a Universidade Portuguesa;
- 5.º — Seja autorizada a constituição de iguais comissões nas restantes universidades;
- 6.º — Seja demittido o Ministro da Educação Nacional;
- 7.º — Seja dissolvido o Senado da Universidade de Coimbra.

JUNHO
Braga, 9 de Abril de 1969

Albano Ferreira, proprietário, Fafe; Alberto Costa, tipógrafo, Fafe; Alberto Costa de Abreu, empregado comercial, Braga; Álvaro Leite da Silva, industrial, Fafe; Álvaro Andrade, industrial, Braga; António Alberto Miranda Arantes, comerciante, Barcelos; António Cândido de Azevedo Lavado, empregado comercial, Barcelos; António Cleto Malvar, comerciante, Famalicão; António Costa de Abreu, motorista, Braga; António Coelho, industrial, Braga; António Gomes da Silva, empregado de café, Braga; António Ferreira Teles, comerciante, Barcelos; António Macedo Varela, advogado, Famalicão; António Monteiro Torres, viajante, Famalicão; António Pinheiro Braga, engenheiro, Braga; António Pimenta Ferreira Lobo, Médico, Famalicão; António Pereira Carreiras, operário textil, Barcelos; António Marques, operário, Fafe; António Cunha Ferreira, industrial, Fafe; António da Rocha Gonçalves, tipógrafo, Barcelos; António de Sousa Pinto Tenente, coronel aposentado, Barcelos; António Rodrigues da Costa, comerciante, Barcelos; António Saldanha, empreiteiro, Fafe; Armindo Rodrigues, picheleiro, Fafe; Armando Ferreira da Costa, estofador, Guimarães; Arnaldo Garcia empregado bancário, Guimarães; Arlindo Pereira da Silva, sapateiro, Braga; Artur Cunha Coelho, advogado, Braga; Augusto Matos, técnico textil, Fafe; Bartolomeu Vasconcelos, empregado bancário, Guimarães; Bernardino Pereira da Costa, empregado de escritório, Barcelos; Carlos Castelo, empregado de farmácia, Fafe; Carlos Ferreira Patrício, proprietário, Famalicão; Carlos Sampaio, agente comercial, Braga; Casimiro Ferreira da Silva, empregado de escritório, Famalicão; Celso Emanuel Ribeiro Braga Pereira, contabilista, Barcelos; Daniel Ramós, Fafe; David Pereira de Carvalho, empregado de escritório, Famalicão; Décio Nunes, gerente comercial, Barcelos; Domingos Castro, empregado comercial, Barcelos; Domingos Ferreira Saraiva, empregado de café, Barcelos; Domingos Gomes dos Santos, comerciante, Braga; Eduardo Carlos Martins Lourenço, empregado de escritório, Barcelos; Eduardo Ribeiro, construtor civil, Guimarães; Eugénio Botica, metalúrgico, Braga; Eugénio Feio Vale, comerciante, Braga; Fernando Antunes, Fafe; Fernando Francisco da Silva, empregado de escritório, Barcelos; Fernando Lopes de Carvalho, Fafe; Francisco Duarte Carvalho, gerente industrial, Barcelos; Francisco Ferreira da Silva, estudante, Famalicão; Francisco Gonçalves, gerente industrial, Fafe; Francisco Martins Pires Lavado, empregado comercial, Barcelos; Francisco Pires Rodrigues, advogado, Guimarães; Francisco Lopes, metalúrgico, Braga; Francisco Torres, médico, Barcelos; Gaspar da Silva Pereira, eléctricista, Braga; Homero de Passos Lagido, contabilista, Barcelos; Humberto Maciel, comerciante, Barcelos; Humberto Soeiro, advogado, Braga; Jerónimo Alves Pereira, industrial, Braga; Joana Braga Malvar, dona de casa, Famalicão; Joaquim Alves Faria, comerciante, Guimarães; Joaquim Loureiro advogado, Famalicão; Joaquim Santos Simões, publicista, Guimarães; João da Cunha Correia, funcionário público aposentado, Barcelos; João Batista Machado, advogado, Barcelos; José Augusto da Silva, advogado, Guimarães; José António Leite, proprietário, Fafe; José Augusto de Sousa Sandim, tipógrafo, Barcelos; José Augusto da Silva, livreiro, Barcelos; José Garcia Carvalho de Azevedo, advogado, Famalicão; José Tarrowso Gomes, advogado, Braga; José Sampaio, advogado, Braga; José da Silva, sapateiro, Braga; José Soares Marques, metalúrgico, Braga; José Vilela Vasconcelos, empregado fabril, Barcelos; Liberto Fernandes, operário, Braga; Lino Lima, advogado, Famalicão; Luis Fernandes, industrial, Braga; Manuel Augusto, tipógrafo, Barcelos; Manuel Diniz Brandão, empregado de escritório, Famalicão; Manuel Fernandes Arantes, comerciante, Barcelos; Manuel Ferreira, 2.º sargento aposentado, Barcelos; Manuel Ferreira da Cunha, empregado de escritório, Famalicão; Manuel Fernandes, operário, Braga; Manuel Fonseca, engenheiro, Braga; Manuel Leite de Carvalho, Fafe; Manuel Lemos Rodrigues da Silva, contabilista, Barcelos; Manuel Torres Matos, empregado comercial, Barcelos; Mário Gomes Pereira da Silva, metalúrgico, Braga; Maria Arminda Miranda Gibião da Silva, dona de casa, Barcelos; Olindo Oliveira, gerente industrial, Fafe; Parçidio Matos, estudante, Fafe; Parçidio Sousa, técnico textil, Fafe; Peres Filipe, tipógrafo, Barcelos; Romeu Bastos, Fafe; Rosa Lavado, dona de casa, Barcelos; Sidonio Martins, empregado bancário, Guimarães; Tiago Macedo, tipógrafo, Barcelos; Teixeira e Castro, publicista, Fafe; Valdemar Ferreira Miranda, recepcionista, Barcelos; Victor de Sa, licenciado em letras, Doutor em história, Braga.

FOTOGRAFIAS

Imagens cedidas pelo Eng. José Veloso, editor do livro “A Crise Académica de Coimbra. 1969: Uma reportagem fotográfica” (Lisboa: Caminho, 2019), da autoria da Secção Fotográfica da Associação Académica de Coimbra.



Foto 1 17 de Abril de 1969 - Inauguração do Edifício das Matemáticas, manifestação dos estudantes.

Foto 2 17 de Abril de 1969 - Inauguração do Edifício das Matemáticas, Celso Cruzeiro explica aos estudantes o que se está a passar.





Foto 3 17 de Abril de 1969 - Alberto Martins "Inaugura" o Edifício das Matemáticas.

Foto 4 17 de Abril de 1969 - Os estudantes após a inauguração das Matemáticas descem as Escadas Monumentais em direção à Associação Académica.





Foto 5 22 de Abril de 1969 - Assembleia Magna no ginásio da AAC onde foi decretado o Luto Académico.

Foto 6 1 de Maio de 1969 - Assembleia Magna nos Gerais que mantem o Luto Académico.





Fotos 7 e 8 28 de Maio de 1969 - Assembleia Magna nos jardins da Associação Académica que decidiu a greve aos exames.





Foto 9 2 de Junho de 1969 - A Universidade de Coimbra sitiada no 1º dia da época de exames.



Foto 10 22 de Junho de 1969 - Lisboa, Estádio Nacional, final da Taça de Portugal.

**OS BRACA-
RENSES NA
CRISE ACADÉ-
MICA DE
COIMBRA,
1969**

BREVE APRESENTAÇÃO

HENRIQUE BARRETO NUNES

Na sequência de uma proposta da Comissão Executiva do Prémio Vítor de Sá de História Contemporânea a reitoria da Universidade do Minho entendeu que devia ser condignamente comemorado o 1º centenário do nascimento daquele historiador que ocorrerá em 14 Nov. 2021 (sobre V. Sá e o PVSHC ver Nunes e Capela, 2011).

Mas, atendendo a determinados acontecimentos que tiveram grande repercussão no nosso país em 1969 e nos quais Vítor de Sá teve alguma participação, bem como alguns episódios relacionados com a sua própria vida então ocorridos, decidiu-se dar início a essa celebração agora que 50 anos são já passados sobre aquele ano.

Na verdade 1969 é um ano singular pois no seu decurso verificaram-se alguns momentos marcantes nos domínios da política, da cultura e da sociedade.

Para além de ter sido o ano em que o homem pisou pela primeira vez a lua, em Portugal estalou a crise académica em Coimbra, realizou-se o II Congresso Republicano de Aveiro e tiveram lugar eleições para a Assembleia Nacional, num tempo em que se anunciava alguma abertura política, numa época que Marcelo Caetano iniciava as suas “Conversas em família” na RTP, tendo também aí sido transmitido o programa Zip-Zip que de algum modo, como um terramoto verificado em Fevereiro, abanou o país.

É também nesse ano que é inaugurado o novo edifício da Biblioteca Nacional em Lisboa e abre as suas portas a sede e o museu da Fundação Calouste Gulbenkian.

Numa perspectiva mais pessoal, Vítor de Sá obtém o seu doutoramento na Universidade de Paris (Sorbonne) no início de Janeiro, regressando logo a Portugal mas sendo imediatamente detido pela polícia política ainda no aeroporto (Sá, 1970); pouco depois participa no congresso de Aveiro, com uma comunicação, mas vê recusada a sua inclusão nas listas da CDE para as eleições de 1969; colabora com o movimento estudantil em Coimbra e, no final do ano, vê surgir a 1ª edição em livro da sua tese de doutoramento: “A crise do liberalismo e a manifestação das primeiras ideias socialistas em Portugal” (Lisboa: Portugalia, 1969).

Mas é sobre os acontecimentos de Coimbra, a participação dos bracarenses que lá estudavam e a reacção cívica que provocaram na cidade e no distrito de Braga que esta publicação se debruça, tendo como ponto de partida o papel que Vítor de Sá, cujo espólio se encontra depositado na Biblioteca Pública de Braga, neles desempenhou.

Aliás foi a (re)descoberta da entrevista que o historiador concedeu ao jornal académico “Via Latina”, divulgada em plena crise num caderno policopiado com o título “Para a construção de uma verdadeira cultura nacional”, de que o Professor Luís Reis Torgal faz a “Apresentação” nas primeiras páginas deste livro, que esteve na origem desta publicação.

Não é fácil saber quantos jovens bracarenses andavam em Coimbra em 1969, mas certamente o seu número ultrapassaria a centena. Pelo menos, numa polémica havida com o “Correio do Minho” no ano anterior, setenta estudantes de Braga assinaram uma carta dirigida ao director daquele diário, insurgindo-se contra uma crítica considerada tendenciosa publicada no referido jornal, propriedade da União Nacional, relativa a uma actuação do Coro Misto da Universidade de Coimbra no Teatro Circo (Nunes, 2019).

A maioria desses estudantes frequentava a Faculdade de Direito, muitos andavam em Ciências/Engenharia, alguns em Medicina, poucos em Letras.

Quase todos eles seriam no ano seguinte envolvidos pela Crise, mas julgo que nenhum seria incluído no número dos chamados “traidores”, designação atribuída aos que furaram a greve aos exames. Os estudantes bracarenses souberam ser solidários e actuaram no desenrolar dos acontecimentos com coragem e dignidade.

Na comemoração dos 50 anos da Crise Académica realizada em Braga em Abril/Maio deste ano, por iniciativa de uma comissão organizadora constituída por representantes da Civitas (Alexandra Vieira e Carla Cerqueira), Fundação Bracara Augusta (Micaela Ramón), Biblioteca Lúcio Craveiro Da Silva (Aida Alves), Universidade do Minho (Manuela Martins) e por 2 antigos estudantes de Coimbra (Henrique B. Nunes e Mário Lima), muitos daqueles antigos alunos universitários tiveram oportunidade de dar o seu testemunho, de desfiar as suas memórias, de contar como viveram aqueles inesquecíveis e conturbados meses de Abril/Julho de 1969 em que efectivamente se lutava por “uma universidade nova num país novo” e de realçar a importância que os acontecimentos então vividos tiveram nas suas vidas.

Os depoimentos de alguns desses estudantes (que falam por si) ficam recolhidos nestas páginas, que incluem ainda o de um aluno do Liceu Sá de Miranda, onde um pequeno número de liceais também quis mostrar a sua solidariedade com Coimbra, tentando cancelar as festas académicas do Enterro da Gata.

Por outro lado a sociedade bracarense, apesar da nula informação que circulava pelo país (a Censura cortava tudo) igualmente reagiu e procurou denunciar o que se estava a passar em Coimbra.

Em 6 de Junho um conjunto de pais e mães (66 no total) dos jovens que estudavam na Lusa Atenas dirigiu uma exposição em papel selado ao Ministro da Educação Nacional, escrita de um modo cuidado mas não subserviente, na qual davam conta da sua preocupação quanto ao futuro dos seus filhos absentistas, procurando minorar os efeitos da greve e pedindo a realização de uma época especial de exames.

Repare-se no nome dos primeiros subscritores da exposição e nele encontramos

em primeiro lugar uma pessoa da família do todo-poderoso governador civil António Santos da Cunha, a seguir a grande impulsionadora do documento, uma professora do liceu conotada com a Oposição, depois o presidente da Câmara Municipal de Braga e finalmente um advogado que integrava os “Democratas de Braga” (documento 1).

A resposta, subscrita pelo chefe de gabinete do M. E. N., está datada de 4 de Julho, negando satisfação ao pedido, escudando-se sobre alguns argumentos de ordem legal (documento 2).

Como é evidente, num ano de eleições e num distrito com algumas tradições oposicionistas, o grupo dos “Democratas do distrito de Braga”, entre os quais se contava um apreciável número de pais dos estudantes em greve, os quais os mantinham informados acerca do que se estava a passar em Coimbra, não podia ficar indiferente perante a actuação repressiva do Governo e a ausência de diálogo que se verificava.

Assim, com data de 9 de Junho aquele grupo de cidadãos dirigiu uma dura carta ao Presidente do Conselho de Ministros, na qual, depois de analisar “a profunda crise provocada pelo Governo na Universidade de Coimbra” e discorrer sobre os acontecimentos em curso e a situação em que se vivia, elogiando “o civismo, a firmeza, a clarividência, a serenidade, a consciência de classe de que os estudantes e professores têm dado provas na sua luta por uma universidade livre e democrática”, apelam para que o Governo tome 7 medidas concretas, a começar pelo levantamento das suspensões aos estudantes, passando pela marcação de novas datas para os exames e reclamando a demissão do Ministro da Educação e a dissolução do Senado da Universidade de Coimbra (documento 3).

A carta, que nunca teve resposta, subscrita por c. 180 oposicionistas do distrito de Braga, foi impressa e amplamente divulgada, embora de modo clandestino, quer no distrito bracarense quer em Coimbra, onde foi reproduzida no boletim “Informação SIPE”, nº 4, de 27 Junho 1969, editado pela Secção de Informação, Propaganda e Estatística da Associação Académica de Coimbra, podendo assim ser conhecido por um maior número de estudantes.

Entre os subscritores contava-se naturalmente Victor de Sá que, como Luís Reis Torgal nos informa, além de ter participado no congresso de Aveiro, onde a situação vivida em Coimbra foi muito discutida, em 1 Outubro viria a presidir a uma assembleia da Comissão Democrática Eleitoral de Braga que enviou um veemente telegrama a Marcelo Caetano, protestando contra “a brutal agressão física de estudantes e civis de Coimbra” que se tinha verificado nos dias anteriores.

Penso que fica deste modo bem assinalado o modo como os bracarenses, estudantes e cidadãos, reagiram a um dos episódios mais negros da história da universidade em Portugal. E é justo assinalar que a reportagem que a Secção Fotográfica da AAC

foi fazendo ao longo dos meses o que na altura foi um meio eficaz de dar a conhecer ao país o que se estava a passar, foi recuperada por um outro bracarense, José Veloso (a quem igualmente se ficou a dever o conhecimento do acima referido abaixo-assinado), seu membro, através da edição de um magnífico álbum que foi pela primeira vez apresentado em Braga no dia 17 de Abril de 2019 (Veloso, 2019).

Como foi escrito numa carta aberta datada de 11 Julho 1969, subscrita por diversos estudantes e dirigida a Marcelo Caetano, também os académicos bracarenses podiam proclamar orgulhosamente:

“Procuramos ser ouvidos – chamaram-nos contestadores
Clamamos por justiça – chamaram-nos anarquistas
Gritamos por liberdade – chamaram-nos libertinos”

Henrique Barreto Nunes

Membro da Comissão Executiva do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea

BIBLIOGRAFIA CITADA

NUNES, H. B.; CAPELA, J. V., 2011 – *O mundo continuará a girar*. Braga: Conselho Cultural da Univ. do Minho, CITCEM

NUNES, H. B., 2019 – *Solidariedade académica: uma polémica com o “Correio do Minho”*. (a publicar)

SÁ, Vítor de, 1970 – *Regressar para quê?* Lisboa: D. Quixote

VELOSO, J., 2019 – *A crise académica de Coimbra, 1969: uma reportagem fotográfica*. Lisboa: Caminho

DOCUMENTOS

DOCUMENTO 1

Senhor Ministro da Educação Nacional

Excelência:

Os signatários, pais de alunos que frequentam as diversas Faculdades da Universidade de Coimbra, considerando os acontecimentos que perturbaram o fim do ano escolar e suas consequências inevitáveis de excitação e perplexidade, reflectindo-se, precisamente, no período em que a preparação para os exames é mais intensa, sentem que a atitude dos seus filhos significa, apenas, a obediência generosa a uma ideia de camaradagem tão própria da juventude.

Considerando que o clima emocional assim criado não permitiu que a grande maioria dos estudantes da Universidade de Coimbra pudesse recobrar a serenidade necessária para se prepararem convenientemente para as suas provas de exame;

E ponderando as graves consequências que advirão, para os seus filhos e para os signatários, da perda de um ano escolar, e nas repercussões que esse facto terá, infalivelmente na sua economia familiar, e até para o país;

Considerando que a actual situação da Academia de Coimbra não deve ser resolvida com uma atitude intransigente, mas sim com um acto que venha a produzir no futuro próximo – quando esses jovens vierem a ocupar no País os lugares que a sua preparação universitária lhes destina – frutos benéficos e não um sentimento de frustração;

E que a benevolência, quando usada oportunamente, é sempre voto de autoridade, de poder e de corajosa decisão;

E sabendo que nenhuma das razões que estão a expor é desconhecida de Vossa Excelência, como antigo estudante universitário e professor, e hoje Ministro da Educação Nacional, respeitosamente,

Solicitam que seja fixada para todos os alunos que não puderem prestar as suas provas, uma nova época de exames que substitua a que decorre; e se tal não for possível – tudo é possível quando os homens querem – que na época de Outubro lhes seja permitido prestar provas de exame em todas as cadeiras, com 1ª e 2ª chamada.

E. D.

6 de Junho de 1969

Ana das Dores F. Santos da Cunha Nicolau

Dalila Albertina da Fonseca Azevedo - professora ef. do Liceu - Braga

José Tarroso Gomes – advogado – Braga

Viriato José Amaral Nunes – Conservador do Registo Predial – Braga

Ilegível - Braga

Eduardo Veloso – funcionário J. A. – Braga

Luís Gonzaga Fernandes de Barrás – engenheiro – Porto

Antoinette Alberte Andrée Barra F. Barros – Prof. Ensino Técnico – Porto

Fernando Augusto Pinheiro de Almeida - Professor oficial – Braga

Benjamim Leite Cardoso – Oficial do Exército – Braga

Maria José de Matos Reis Cardoso – Braga

Manuel Duarte Macedo – professor – Braga

Cândida Fernandes Velho de Sepúlveda – professor - Braga

Jaime de Lima Alves Leite – proprietário, Braga

Joaquim Correia – Professor – Braga

Maria Luísa Fernandes de Miranda – Braga

Constantino Fernandes Velho de Sepúlveda, médico – Brags

Joaquim Nicolau – comerciante – Braga

Armando António Correia – engenheiro – Braga

Mário José Ribeiro de Araújo – comerciante – Braga

António Teixeira Fernandes – comerciante – Braga

Maria Cristina da Costa Fernandes – Braga

Álvaro Pires Moreira – comerciante – Braga

Alice Novais de Carvalho Rodrigues Moreira – Braga

Danilo Machado Morais de Sousa Araújo – Braga

Ana Maria Alves de Sousa Araújo

Serafim de Azevedo Campos

Francisco Augusto Batista – arquitecto

Maria Ester da Conceição ... Junqueira e S...

Luísa Augusta Igrejas Tarroso Gomes

Alberto de Sousa Pereira do Lago Cruz – agente técnico de eng.

Maria José ... da Silva Fernandes Lopes

Ilegível

João da Silva Vilaverde – comerciante – Braga

Maria Adília Andrade Vilaverde – Braga
Luís Joaquim Fernandes – industrial – Braga
... de Abreu – funcionário público – Braga
Licínio Ribeiro Braga Zicker
António Gonçalves Losa Júnior – professor – Braga
Maria cândida Ferreira Rodrigues de Lima
Maria da Conceição Pina (?) Lopes – médica – Braga
... Cruz Pinto – chefe serviço CTT – Braga
Dulce Maria de Sousa Sá Malheiro
Maria Adélia Ferreira Amorim – Braga
António ... Pinto Ferreira – professor do Ensino Técnico
Maria da Conceição Martins Pacheco - professora do Ensino ...
...- Eng.º civil
Manuel Vilaverde – comerciante
Inácio Cunha Macedo – industrial – Braga
Maria Eduarda Reis de Macedo
... Cândido Vieira de Castro Caseiro
... Peixoto – Desembargador – Braga
Lucília Antonieta Vieira de Castro e Costa Caseiro
Francisco Torcato ... da Cunha – empregado bancário – Braga
Albertina de Brito Vidigal – doméstica – Braga
Ilegível
Pedro Gomes Pinto da Silva Taxa – proprietário – Braga
Maria Luísa de Faria Carvalho Taxa (?) – Braga
Maria Eduarda da Silva Marinho Caseiro
António Manuel Duarte Mendes – médico – Braga
António da Silva Barroso – comerciante – Braga
Ilegível – comerciante – Braga
José Pereira Leandro (?) – comerciante – Braga
Maria ... – Braga
Francisco Ferreira – industrial - Braga

DOCUMENTO 2

Ministério da Educação Nacional

Nº 1001

Liv. 40. procº. 3

Exmo. Senhor

Dr. José Tarroso Gomes

Braga

Deu entrada neste Ministério, em 7 de Junho último, uma petição remetida por V.Ex.^a e assinada por 66 personalidades, na sua maioria pertencentes ao Distrito de Braga, e referente aos exames na Universidade de Coimbra.

Sua Excelência o Ministro, incumbe-se de responder a V. Ex.^a, e de lhe pedir o favor de transmitir aos demais signatários o seguinte:

Compreende-se a ansiedade das famílias perante a possibilidade de seus filhos vi-rem a perder um ano de estudo. Dessa perda resultarão inevitáveis prejuízos para os jovens, para as famílias, que algumas vezes só pelo preço de muitas privações e pesados sacrifícios podem manter os seus filhos na Universidade, e para o País, que carece de cada vez maior número de diplomados para fazer face às necessidades da vida nacional em todos os sectores.

Por isso mesmo, e logo que foram anunciados os preparativos da boicotagem dos exames, foram tomadas todas as providências para que ninguém pudesse ser impedido de prestar as suas provas, se tal fosse o seu desejo.

Não se podia ir além disto, visto que a apresentação a exame é um acto voluntário; não seria possível obrigar ninguém, como não seria admissível permitir que alguém fosse impedido de fazer exame, se tal fosse o seu desejo.

Na verdade um certo número de alunos – que anda já pelos dois milhares – prestou e continua a prestar as suas provas, enquanto uma outra fracção de estudantes desencadeava uma vaga de ameaças, injúrias, e represálias, para impedir que os seus

colegas não perdessem o ano.

A posição do M.E.N. só podia ser a de garantir a liberdade de todos, mediante o exacto cumprimento da lei.

Perante solicitações contraditórias, que iam desde o pedido de repressões drásticas até à proposta de abdicação incondicionais, entende-se que a lei representa a única solução compatível com os direitos e obrigações de todos, e a única que pode, sem agravo para ninguém, a todos fazer justiça.

Não poderia ter-se entendido de outra maneira. A lei é a garantia de liberdade de todos os portugueses, e quando se entra pelo caminho de a desrespeitar não pode haver nem paz nem progresso. Sob o ponto de vista da legalidade, não nocivo é o arbítrio autoritário ou a punição que a lei não prevê com a transigência ou o favor que a lei não declara. Efectivamente é no conceito de legalidade que se fundem as forças aparentemente antagónicas da autoridade e da liberdade.

Assim este Ministério lamente não poder dar satisfação ao pedido, porque ele implicaria uma derrogação dos regimes legais de exame, constituindo portanto um acto arbitrário e como tal nocivo para todos.

Atenciosamente cumprimentos.

A bem da Nação

Ministério da Educação Nacional, em 4 de Julho de 1969.

O Chefe de Gabinete,

DOCUMENTO 3

Senhor Presidente do Conselho de Ministros

Excelência:

Os Democratas do Distrito de Braga, conscientes das graves responsabilidades que lhes cabem, como representantes de uma forte corrente de opinião, não podem deixar de intervir na profunda crise provocada pelo Governo na Universidade de Coimbra. Aliás, nunca nos mantivemos indiferentes a esta crise, pois sempre entendemos da mais elementar justiça apoiar incondicionalmente os estudantes nas suas pretensões objectivadas numa universidade nova, mas nunca interviemos directamente na acção, cuja principal responsabilidade cabe e caberá aos estudantes e aos professores.

Hoje, porém, face à situação criada, o nosso silêncio poderia significar cumplicidade ou indiferença perante a mais notável demonstração de consciência colectiva verificada nos últimos decénios no nosso país.

A crise da Universidade não é um problema apenas nacional. Em Portugal, porém, assume aspectos dramáticos dadas as condições políticas, sociais, económicas para que o país foi lançado em mais de 40 anos de governo autocrático.

No que diz respeito à Universidade de Coimbra, o problema agudizou-se inesperadamente com a tendenciosa interpretação dos factos ocorridos em 17 de Abril, quando da visita do Presidente da República,

A prisão do Presidente da Associação Académica (na impossibilidade física de prender e subjugar toda a Academia), a suspensão de oito estudantes (na impossibilidade de suspender toda a Academia) foram actos praticados por um Reitor e por um Senado iníquos, que obviamente o Governo sancionou.

A repressão de que os estudantes foram vítimas fez recordar os períodos mais negros de violência, e determinou um frémito de emoção e indignação de Norte a Sul. Perante tão gravíssimos acontecimentos, o Reitor e o Senado da Universidade de Coimbra não tiveram um acto ou uma palavra de repulsa junto de V. Ex.^a, tão somente porque são os fiéis servidores do regime contra aqueles a quem incumbia decididamente defender.

E para que quaisquer dúvidas se dissipassem quanto à independência e responsabilidades única dos órgãos ditos superiores da Universidade coimbrã, surgiu, como ponto culminante de um grave conjunto de acontecimentos, a manifestamente

infeliz intervenção do Ministro da Educação Nacional através da Rádio-Televisão. Não foi apenas o caudal de inexactidões (que o tempo e a pertinácia dos estudantes acabaram por desmascarar), muito menos as ameaças “paternalistas”, foi o olhar carregado de ódio, a incompreensão e intolerância demonstradas por um antigo professor e até agora principal responsável pela educação em Portugal, que determinaram uma funda reacção de protesto. A diatribe teve, no entanto, um mérito: decidiu, quantos alimentavam algumas dúvidas, a aliarem-se à grande massa dos estudantes.

Senhor Presidente do Conselho:

Não tem paralelo em todo o Mundo o que hoje acontece na Universidade de Coimbra, constituindo para todos os democratas portugueses um motivo do mais legítimo orgulho verificar o civismo, a firmeza, a clarividência, a serenidade, a objectividade, a consciência de classe de que os estudantes e professores têm dado provas na sua luta por uma Universidade livre e democrática.

Não se pode governar de costas voltadas para o Povo.

Não pode V. Ex.a desconhecer que mais de cinco mil estudantes estão firmemente unidos com a esmagadora maioria dos seus professores, formando um núcleo excepcionalmente rico de uma autêntica - porque livre - universidade nova.

As manobras dilatórias que têm vindo a ser utilizadas já nada acrescentam aos “méritos” de quem as instiga e realiza, e tornam mais espessa a muralha que defende a autêntica universidade.

Senhor Presidente do Conselho:

Milhares de pais angustiados assistem impotentes a esta luta que os estudantes travam pela sua Universidade e pelo futuro do seu País. Dentre eles, possivelmente a maioria compreende a grandeza dos valores que estão em jogo, muitos outros não entenderão o sacrifício e outros preocupar-se-ão, muito justamente, com os problemas que a não comparência aos exames determina (corte dos cursos por imposições militares, perda de bolsas de estudo ou de isenção de propinas, sacrifícios financeiros terríveis ocasionados pela perda do ano).

Para isso é indispensável que sejam desimpedidos os caminhos que hão-de levar à solução imediata e mediata dos presentes problemas postos pela Universidade portuguesa. Apelamos para o Governo, na pessoa de V. Ex. a, para que:

1º - Levante as suspensões aos estudantes;

2º - Mandar arquivar os processos de inquérito;

3º - Mandar eliminar as faltas marcadas aos estudantes durante o período de luto académico;

4º - Seja autorizado a alunos e professores elegerem os seus representantes para uma comissão que marcará um novo período de exames e procurará dar a sua contribuição para a solução dos problemas que afligem a Universidade Portuguesa;

5º - Seja autorizada a constituição de iguais comissões nas restantes universidades;

6º - Seja demitido o Ministro da Educação Nacional;

7º - Seja dissolvido o Senado da Universidade de Coimbra.

Braga, 9 de Junho de 1969

Albano Ferreira, proprietário, Fafe; Alberto Costa, tipógrafo, Fafe; Alberto Costa de Abreu, empregado comercial, Braga; Álvaro Leite da Silva, industrial, Fafe; Álvaro Andrade, industrial, Braga; António Alberto Miranda Arantes, comerciante, Barcelos; António Cândido de Azevedo Lavado, empregado comercial, Barcelos; António Cleto Malvar, comerciante, Famalicão; António Costa de Abreu, motorista, Braga; António Coelho, industrial, Braga; António Gomes da Silva, empregado de café, Braga; António Ferreira Teles, comerciante, Barcelos; António Macedo Varela, advogado, Famalicão; António Monteiro Torres, viajante, Famalicão; António Pinheiro Braga, engenheiro, Braga; António Pimenta Ferreira Lobo, médico, Famalicão; António Pereira Carreiras, operário têxtil, Barcelos; António Marques, operário, Fafe; António Cunha Ferreira, industrial, Fafe; António da Rocha Gonçalves, tipógrafo, Barcelos; António de Sousa Pinto Tenente, coronel apresentado, Barcelos; António Rodrigues da Costa, comerciante, Barcelos; António Saldanha, empreiteiro, Fafe; Armindo Rodrigues, picheleiro, Fafe; Armando Ferreira da Costa, estofador, Guimarães; Arnaldo Garcia empregado bancário, Guimarães; Arlindo Pereira da Silva, sapateiro, Braga, Artur Cunha Coelho, advogado, Braga; Augusto Matos, técnico têxtil, Fafe; Bartolomeu Vasconcelos, empregado bancário, Guimarães; Bernardino Pereira da Costa, empregado de escritório, Barcelos; Carlos Castelo, empregado de farmácia, Fafe; Carlos Ferreira Patrício, proprietário, Famalicão; Carlos Sampaio, agente comercial, Braga; Casimiro Ferreira da Silva, empregado de escritório, Famalicão; Celso Emanuel Ribeiro Braga Pereira, contabilista, Barcelos; Daniel Ramos, Fafe; David Pereira de Carvalho, empregado de escritório, Famalicão; Décio Nunes, gerente comercial, Barcelos; Domingos Castro, empregado comercial, Barcelos; Domingos Ferreira Saraiva, empregado de café, Barcelos; Domingos Gomes dos Santos, comerciante, Braga; Eduardo Carlos

Martins Lourenço, empregado de escritório, Barcelos; Eduardo Ribeiro, construtor civil, Guimarães; Eugénio Botica, metalúrgico, Braga; Eugénio Feio Vale, comerciante, Braga; Fernando Antunes, Fafe; Fernando Francisco da Silva, empregado de escritório, Barcelos; Fernando Lopes de Carvalho, Fafe; Francisco Duarte Carvalho, gerente industrial, Barcelos; Francisco Ferreira da Silva, estudante, Famalicão; Francisco Gonçalves, gerente industrial, Fafe; Francisco Martins Pires Lavado, empregado comercial, Barcelos; Francisco Pires Rodrigues, advogado, Guimarães; Francisco Lopes, metalúrgico, Braga; Francisco Torres, médico, Barcelos; Gaspar da Silva Pereira, electricista, Braga; Homero de Passos Lagido, contabilista, Barcelos; Humberto Maciel, comerciante, Barcelos; Humberto Soeiro, advogado, Braga; Jerónimo Alves Pereira, industrial, Braga; Joana Braga Malvar, dona de casa, Famalicão; Joaquim Alves Faria, comerciante, Guimarães; Joaquim Loureiro, advogado, Famalicão, Joaquim Santos Simões, publicista, Guimarães; João da Cunha Correia, funcionário público apresentado, Barcelos; João Batista Machado, advogado, Barcelos; José Augusto da Silva, advogado, Guimarães; José António Leite, proprietário, Fafe; José Augusto de Sousa Sandim, tipógrafo, Barcelos; José Augusto da Silva, livreiro, Barcelos; José Garcia Carvalho de Azevedo, advogado, Famalicão; José Tarroso Gomes, advogado, Braga; José Sampaio, advogado, Braga; José da Silva, sapateiro, Braga; José Soares Marques, metalúrgico, Braga; José Vilela Vasconcelos, empregado fabril, Barcelos; Liberto Fernandes, operário, Braga; Lino Lima, advogado, Famalicão; Luís Fernandes, industrial, Braga; Manuel Augusto, tipógrafo, Barcelos; Manuel Diniz Brandão, empregado de escritório, Famalicão; Manuel Fernandes Arantes, comerciante, Barcelos; Manuel Ferreira, 2.º sargento apresentado, Barcelos; Manuel Ferreira da Cunha, empregado de escritório, Famalicão; Manuel Fernandes, operário, Braga; Manuel Fonseca, engenheiro, Braga; Manuel Leite de Carvalho, Fafe; Manuel Lemos Rodrigues da Silva, contabilista, Barcelos; Manuel Torres Matos, empregado comercial, Barcelos; Mário Gomes Pereira da Silva, metalúrgico, Braga; Maria Arminda Miranda Gibrão da Silva, dona de casa, Barcelos; Olindo Oliveira, gerente industrial, Fafe; Parcídio Matos, estudante, Fafe; Parcídio Sousa, técnico têxtil, Fafe; Peres Filipe, tipógrafo, Barcelos; Romeu Bastos, Fafe; Rosa Lavado, dona de casa, Barcelos; Sidónio Martins, empregado bancário, Guimarães; Tiago Macedo, tipógrafo, Barcelos; Teixeira e Castro, publicista, Fafe; Valdemar Ferreira Miranda, recepcionista, Barcelos; Victor de Sá, licenciado em letras. Doutor em história. Braga.

77 assinaturas não foi possível reconstituir

TESTEMUNHOS

Os autores dos textos são identificados, para além do nome, com a referência ao local e data de nascimento, curso e ano que frequentavam em 1969 e pela profissão que exerceram.

Coimbra 69 – O 21 e eu



*Alfredo Soares-Ferreira**

Eram umas sete da tarde, do início do mês de Março 1969, quando tomamos a decisão: a partir de amanhã vamos para uma República!

O meu amigo Amílcar, e eu, tínhamos chegado a Coimbra, em meados de Setembro, do ano 1968, para fazer o exame de aptidão à Universidade de Coimbra, após um ano “fracassado”, na Universidade do Porto. Creio que deve ter sido assim, já lá vão, nada mais nada menos que 50 anos, a memória, apesar de estar a funcionar, já não é o que era, pelo menos naquele tempo. Muito por força da influência familiar, aceitamos que tratassem do nosso alojamento. Ambos derivámos de famílias convencionais que, ao tempo, consideravam que devíamos ser “orientados”. E principalmente, havia que saber onde os “meninos” iriam ficar, tão longe de casa. Acontece que havia uma pessoa da família que conhecia alguém, que conhecia outro alguém, que sabia..., enfim, coisas habituais ao tempo, que aceitávamos um pouco acriticamente e das quais pagaríamos sempre um preço. Assim, iríamos para uma casa de família, uma respeitável família das Beiras, com extensões ao Norte, daí os conhecimentos. Nessa casa, haveríamos de conhecer, o caloiro Mário Augusto e o quartanista de Direito, Manuel Maria, que por sua vez, era familiar directo da dona da casa, uma viúva, que a administrava, com mão-de-ferro, forreta a dizer basta e com ares de quem gostava de exercer o poder, mesmo nos hóspedes, e logo 3 “reles” caloiros, que vinham parar à Coimbra dos doutores. O senhor doutor Manuel Maria, era um daqueles tipos que lhe podia passar um camião por cima e ficava sempre na mesma.

Dali não seria de esperar grande coisa, lembro-me de ter sido o primeiro a inconformar-me com tal situação de dependência funcional. Começamos por deixar de almoçar em casa, passamos a frequentar mais a AAC. Na Cantina iríamos conhecer outro pessoal, gente com mais cor, pessoal com mais substracto. Iniciaríamos um novo percurso, começamos a ver a verdadeira Coimbra, com a centralidade toda nos jardins da AAC, onde na realidade se aprendia muita coisa que não vem nos livros, nem nas sebatas. (A nossa AAC)

Lembro-me do terramoto. Com um terramoto aprende-se muito mais. No último dia de Fevereiro de 1969, a Cidade, tal como o resto do País, iria ser surpreendida com um sismo de magnitude 7,9 na escala de Richter. Lembro de vir para a rua, numa noite assim, e começar a sentir também o outro grande “terramoto” que vinha causado muito mais que as 13 mortes desse dia. As autoridades e a

PIDE matavam tanta gente e ninguém vinha para a rua. Ninguém? Não, de todo, muitas e muitos viriam, ainda que de forma velada, que a gente sabia que mais de 2 ou 3 pessoas juntas, já seria uma manifestação, quiçá uma revolta, uma ameaça que os fascistas no poder nunca iriam tolerar. (Aprende-se muito com um terramoto...)

Não tardaria em perceber que estava realmente a destoar, na casa da velha senhora, que lembrava o velho regime. Tinha que abalar, tínhamos que sair dali. Não consigo recordar como foi, mas aconteceu. E, numa certa tarde de Março, estaríamos (o Amílcar e eu) à porta da única República de Coimbra, que era conhecida somente pelo número da porta da rua. O número 21, da Rua Lourenço Almeida Azevedo, que, entretanto, já foi sede do Sindicato de Professores da Região Centro e hoje alberga uma repartição pública.

Numa República, tornamo-nos cidadãos, conscientes do papel na universidade e também na sociedade. Nesta *República 21*, aprendemos a falar outra linguagem, por força de ouvir e sentir as diversas formas de falar a mesma, a nossa língua, com os camaradas das colónias. De certa maneira, é como dizer, aprendemos a gostar dos outros e de nós próprios. As conversas “subterrâneas” que mantemos com os colegas mais velhos e mais experientes, fazem-nos sentir melhor a luta estudantil e o seu enquadramento político e social.

As “*moambadas*” e as “cachopadas”, cozinhadas à maneira, nos fins de semana, das festas africanas, fazem-nos sentir em casa, tão longe e tão perto assim de outras realidades, de outras gentes que afinal partilhavam a mesma resistência à ditadura feroz, que compreendemos em 69 muito melhor, e que afinal, acabámos por sentir na carne.

Soubemos resistir de uma forma inteligente e, necessariamente superior em estágio de desenvolvimento, conseguimos forjar na *República 21*, uma identidade forte que nos iria projectar para um percurso de luta permanente contra as injustiças e contra o pensamento único.

Aprendemos muito, na *República 21* e na nossa cidade de Coimbra, ao tempo tão vincadamente académica, tal como o clube de futebol que nos habituámos a respeitar, de tal forma, que ainda hoje, ao simples citar do nome, sentimos um frémido e incontido tremor. (Académica!)

Numa estranha noite de Junho, mais ou menos em meados do mês, ao tempo da “operação balão”, eu entro na República com um monte de papéis, comunicados, ou “*textos de apoio*”, nem sei bem, que me tinham sido confiados, para distribuir no dia seguinte. Quando entrei dou de caras com o Filipe, que estava para sair. Olhou para a montanha de papéis e disse-me, “*que vais fazer com isso?*” E eu

disse, “*vou guardá-los, para distribuir amanhã*”. “*Como assim, não vês que ainda vais preso, caloiro?*”. “*Olha que a coragem é muitas vezes inimiga da razão*”, jamais haveria de esquecer aquele conselho. O que é certo é que, no dia seguinte, acabo por distribuir a papelada toda nos jardins da AAC. Um dos colegas mais velhos a quem dei um papel, chamava-se Francisco Sardo que, a partir desse dia, me faria “*marcação cerrada*” e veio a ser, uns tempos depois, um dos meus grandes Amigos e Camaradas de tantas lutas e o motivo da minha aproximação aos Contestas. Uma das obras que me emprestou, “*...para ler com calma e atenção*”, foi a “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, do Engels, onde haveria de aprender, “*A diferença entre ricos e pobres veio somar-se à diferença entre homens livres e escravos; a nova divisão do trabalho acarretou uma nova divisão da sociedade em classes.*”¹

Um belo dia de outono atrevo-me levar para o almoço, a namorada. Entrei um pouco a medo, ela também, pouco convencido na realidade, mas era o meu desejo de mostrar “serviço”. Se a coisa era para correr bem, não poderia ter corrido pior. A Tita, de seu “nome de guerra”, era uma rapariga um pouco tímida e de poucas falas e que, ainda por cima, não conhecia absolutamente ninguém. Eu pensava encontrar um ambiente acolhedor, após a “autorização superior” que consistia em apresentar o(a) convidado(a), solicitação feita uns dias antes. Então, ao almoço, choveram as perguntas sobre a Tita, ninguém me dirigia a palavra, toda a gente parecia ignorar-me completamente, pelos vistos era só com ela que queriam falar, tipo “*...sabes com quem andas?*”, “*...olha que o tipo não é de confiança, já é a terceira namorada que ele traz aqui, em pouco tempo*”. Claro que isto foi um grande balde de água fria, uma vez que eu não tinha levado lá namorada nenhuma e para ela foi na realidade, o pior da carreira de namorada e só haveria de me perdoar, bastante tempo depois...(Coisas da vida)

Recordo, e nunca me esquecerei dos colegas mais velhos como o saudoso Berna² o Spencer, o Faustino e o Alinho, com quem ainda privei durante uns tempos e o Vladimiro, que haveria, muitos anos depois, de reencontrar na Universidade do Minho. (Saudade)

E recordo os locais, os sítios que calcorreava, o Campo de Santa Cruz, a Praça da República, o Mandarim e o Pigalle, onde conheci o saudoso Serginho³, o Jardim da Manga, os treinos de atletismo no Estádio Universitário, onde conseguiria, em 1971, o apuramento para os Nacionais, nos 100 e nos 200 metros, com a enorme “experiência” adquirida em 1969, a fugir da polícia.

1 Excerto do Cap. IX, “*Barbárie e Civilização*”, da obra referida

2 O grande fadista de Coimbra, António Bernardino

3 Sérgio Manuel Pinto Moutinho, um Amigo assassinado em Ancara, no final dos anos 80, quando desempenhava as funções de Primeiro Secretário na Embaixada portuguesa.

Elas e eles, minhas e meus Amigos, colegas e camaradas, muitas e muitos que o Zé Veloso e a malta da Secção Fotográfica da AAC imortalizaram nas suas fotos que guardam o tempo, para memória futura, estarão sempre connosco, lembrando a velha tese do Maio 68 em França, *“sejamos realistas, exijamos o impossível!”*

(Insubmissão)

Porto, Junho 2019

*Porto, 1948. Faculdade de Ciências, Engenharia, 1º ano. Engenheiro e Consultor, professor.

Dias inesquecíveis na Crise Académica



*Etelvina Sá**

Em 1969, no dia 17 de abril, numa sala do novo edifício das Matemáticas da Universidade de Coimbra, teve início o movimento de contestação que conduziu ao “luto académico” e à greve aos exames.

Tinha eu 19 anos e era uma rapariguinha de Braga a frequentar o 2º ano de Direito, que, com algumas amigas de Ciências, mais velhas, companheiras na casa universitária da Mocidade Portuguesa da Couraça da Estrela, foi à inauguração do edifício das Matemáticas para protestar. Eu estava já inscrita na Associação Académica, onde, graças à chamada “abertura marcelista”, tinha havido recentemente eleições livres e havia, portanto, uma Direção legitimada pelo voto dos estudantes. Cheias de coragem, fomos apoiar a Associação Académica que pretendia contestar, perante o Ministro da Educação (Hermano Saraiva) e o Presidente da República (Américo Tomás), a falta de liberdades individuais e de autonomia da Universidade e o próprio sistema de ensino praticado. Era um grito pela liberdade que precisávamos, imperiosamente, de lançar!

O meu contexto familiar era o de uma família numerosa da classe média, sem tradição de oposição ao regime salazarista. Tinha conseguido, graças ao aproveitamento escolar, uma bolsa de estudo, que quase chegava para as minhas despesas.

Então, a guerra colonial atingia a maioria das famílias portuguesas, também a minha própria família, criando um latente sentimento de revolta contra o regime.

Notava-se uma politização cada vez maior no meio estudantil.

No dia seguinte ao incidente das Matemáticas, tivemos a primeira Assembleia Magna, nos Gerais, isto é, na grande praça dos “Estudos Gerais”, na velha Universidade, onde ficava a Faculdade de Direito. Em pé, ouvimos os delegados de curso, que constituíam as Comissões de Curso ou Juntas, apelar à greve às aulas e ao protesto ativo. De braço no ar, decidimos prosseguir e intensificar a luta, de múltiplas formas.

O Ministro/sinistro... da Educação, José Hermano Saraiva, veio à TV, ameaçar os estudantes, afirmando que a ordem seria restabelecida, a qualquer custo!

Durante o mês de Maio, andámos em reuniões permanentes, manifestações culturais de apoio ao luto académico e debates em substituição de aulas.

Nos debates em substituição de aulas, antes do encerramento da Universidade, tivemos de enfrentar professores muito conservadores e irascíveis e, também, colegas de direita e ultra-direita, que, mais tarde, vi em altos postos, dizendo-se grandes defensores da democracia e do estado de direito. Tínhamos andado a preparar, na maior clandestinidade, a logística da greve: a organizar listas de alunos, por curso e turma, e estimar os possíveis “furões” ou traidores, como eram designados, para serem contactados e dissuadidos; a organizar os piquetes de greve, em pontos-chave, na proximidade de lares, residências e repúblicas de estudantes; a comprar tachas e pacotes de pimenta, para, respetivamente, furar os pneus das carrinhas da Polícia/GNR, e atirar aos cães, se nos perseguissem.

No primeiro dia de greve aos exames, 2 de junho, lá estávamos nós, cheias, ao mesmo tempo, de medo e de entusiasmo, para cumprir a difícil missão... A cidade tinha sido, literalmente, sitiada: militares da GNR, fortemente armados, a pé e a cavalo, em jipes com arame farpado, carrinhas da Polícia de Choque, em suma, um cenário de guerra! Estavam nas ruas, à volta da Universidade, em todos os pontos de acesso, para impedirem qualquer tentativa de entrada. As barreiras só eram ultrapassadas pelos/as fura-greves, depois de o solicitarem às autoridades. Era frequente ver-se as “fura-greves” serem acompanhadas até ao local pelos pais...

A 3 de junho, realizou-se a Operação Flor, na qual os/as estudantes, depois de irem ao Mercado Municipal comprar flores, as ofereciam nas ruas, às pessoas por quem passavam, explicando o significado do protesto. Em regra, éramos bem recebidos pela população.

Recordo-me de dar de caras com uma freira, que tinha sido minha professora de Moral, em Braga, e se virou para mim, com ar de reprovação, dizendo: “Também tu, aqui, Eteelvina?”

As raparigas também tiveram um papel muito ativo nas lutas então travadas e não se furtaram aos desafios e aos perigos, num contexto extremamente difícil.

Foi o meu caso: apesar de ter sido concedida uma época especial de exames, “de recurso”, em outubro, possibilitando a realização de exames a 3 disciplinas, o facto de nos termos desligado do estudo durante meses e, também, as “vingançazinhas” dos professores situacionistas fizeram com que não conseguíssemos passar nos exames. Eu chumbei nas 3 cadeiras “de recurso” e fiquei sem bolsa. Também fui expulsa da casa universitária, guardando, ainda hoje, uma carta da dirigente local da MPF, escrita com grande cinismo, culpando-me do sucedido...

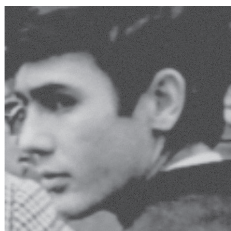
Escusado será dizer que tive problemas na família: para tentar explicar e fazê-los entender os motivos da não ida a exames, permanecendo em Coimbra, teimosamente, meses a fio, até ao “ultimato” e encerramento da residência universitária...

Sentindo-me responsável por ter perdido o ano na Faculdade, disse aos meus pais que passaria a ser aluna voluntária, um estatuto que permitia não frequentar as aulas, fazendo “frequências” periódicas e exames finais.

Foi um período curto da minha vida mas muito enriquecedor, tanto em participação cívica e aprendizagem política, como a nível pessoal, pelas vivências, únicas, das diferentes formas de luta e de muitas manifestações culturais e artísticas que nos foram proporcionadas pela Associação Académica, nas suas instalações, e no Teatro Gil Vicente, e até no Teatro Avenida, onde assistimos a espetáculos memoráveis!

*Braga, 1949. Faculdade de Direito, 2º ano. Professora e jurista

Este livro*



Henrique Barreto Nunes**

Pego no livro com mil cuidados, como quem segura um ser amado.

Acaricio-o, cheiro-o, vejo a forma, as cores. Tacteo, sinto o peso, a textura do papel. Abro-o lentamente. Lentos os olhos percorrem as primeiras páginas, as primeiras linhas. As primeiras imagens.

E de súbito uma chama irrompe, ilumina, acende as lembranças, incendeia a memória: estamos todos lá, numa Coimbra nunca vista.

Este livro é um vulcão que deixa ouvir um vozear antigo cheio de palavras de ordem, sussurros, gritos, cânticos, gargalhadas, poesia.

Um vulcão que lança sobre nós um rasto de memórias, sonhos, inquietações, euforia, temor, angústia.

Um vulcão que projecta uma onda de entusiasmo, de repulsa, de paixão, de enlevo, de alegria. De rebeldia.

Um vulcão que recorda amores, ateia incêndios.

Este livro é uma tempestade que nos envolve, solidários e fraternos – *em cada esquina um amigo* –, indomáveis, de rosto levantado, *capas negras bandeiras de liberdade* cerradas, enfrentando com coragem (e com medo, porque não?), os polícias e os esbirros, os cavalos e os cães, os jipes e o arame farpado. Ou distribuindo flores e soltando balões num céu de liberdade. Ou sentados na relva do jardim da Associação, decididos a levar a nossa luta até onde fosse possível. E entrando em êxtase com o golo do Manuel António, numa vitória que foi nossa.[ou ainda, recorrendo à memória, pois de tal não há imagens, dois meses depois, perseguidos, cercados e selvaticamente agredidos numa Baixa indignada e solidária, mas sempre insubmissos, com honra!].

Este livro é uma utopia, cantada pelos poetas:

Vejam bem/tão jovem, que jovem era/venho dizer-vos que não tenho medo/há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não/que mil flores desabrochem/cidade sem muros, sem ameias/e tudo era possível, era só querer/amigo, maior que o pensamento.

Amigos, maiores que o pensamento, este livro somos NÓS.

*Texto lido na primeira sessão pública de apresentação do livro editado por José Veloso, “A crise académica de Coimbra 1969: uma reportagem fotográfica” (Lisboa: Caminho, 2019), realizada na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga, no dia 17 de Abril de 2019.

**Monção, 1947. Faculdade de Letras, História, 2º ano. Bibliotecário



A Crise Acadêmica de Coimbra. 1969

Uma reportagem
fotográfica

Edição de
José Veloso

 CÂMARA MUNICIPAL
COIMBRA
CAMINHO

Católico no olho do furacão



*José Dias**

Cheguei a Coimbra com 20 anos, em 1968. Já com alguns anos de militância cívica na Juventude Operária Católica, na Juventude Universitária Católica, no Movimento Estudantil Universitário, na cidade do Porto, onde vivia desde 1952.

A integração na Coimbra católica e estudantil foi imediata. Viver numa das casas para estudantes, do CADC, foi uma enorme ajuda.

O ano de 69 foi dos mais marcantes da minha vida. Assisti, apoiei, lutei, participei, em 3 grandes momentos desse ano:

Crise Académica de Coimbra (antes, durante, após 17 de Abril), II Congresso Republicano de Aveiro (15 a 17 de Maio), Lista da CDE Comissão Democrática Eleitoral (26 de Outubro de 1969). Com outras e outros tudo fiz / fizemos para valorizar conteúdos e práticas progressistas dos católicos, integrando a corrente pós – Vaticano II. No interior da Academia e da Igreja, aqui até onde nos foi possível.

Na Juventude Agrária Rural Católica, Juventude Escolar Católica, Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica / CADC, Junta de Delegados de Ciências, Comissão Técnica, estabelecendo pontes, com comunistas, socialistas, católicos moderados, internacionais situacionistas, trotsquistas, marxistas-leninistas-maoístas-albaneses. Em Coimbra e em frequentes contactos com colegas das Universidades do Porto e de Lisboa.

Aproveitei/aproveitámos bem a distração da Polícia Política no que aos católicos se refere, dada a sua vigilância privilegiada aos comunistas.

Dado o nosso isolamento e das nossas lutas, pela presença enorme de informadores, polícia, censura, face às outras academias, a outros sectores democráticos de Oposição, privilegiei/privilegiámos a criação de um pipeline, de circulação de documentos e de informação de resistência ao fascismo, com recepção e distribuição, entre Braga e Setúbal, tendo epicentro em minha casa, Rua Antero de Quental 83, Coimbra.

Como complemento deste breve testemunho recomendo

Estudos, Revista de Cultura e Formação Católica, Órgão do Centro Académico de Democracia Cristã, Ano XLVII, Fascs. III a VI, N.os 475 – 479, 1969, “Coimbra 1969 Para Uma Análise Crítica”, pgs. 105 a 219, texto colectivo que integrei

Acção católica portuguesa, Boletim da Junta Central da Acção Católica Portuguesa, n.o 395, Junho, Julho, Agosto, 1969, Director, Proprietário e Editor, Sidónio de Freitas Branco Pais, Dossier “Os acontecimentos na Universidade de Coimbra”, encarte de 27 pgs, texto colectivo que integrei

COIMBRA 69, Testemunhos, Biblioteca Museu República e Resistência, Exposição “Coimbra 69”, 1999, pg. 65 “O Concílio Vaticano II influenciou a Crise Académica de Coimbra”, texto pessoal

Memórias do Cidadão José Dias, Edições Afrontamento, Maio de 2008, pgs. 83 a 94, texto pessoal

*Braga, 1948. Faculdade de Ciências, Engenharia Electrotécnica, 2º ano. Técnico de Turismo

Coimbra, 17 de Abril*



*José Manuel Mendes***

Nunca saberemos as alquimias do tempo, seu lugar de fixação e sua medida. Como dizer? Vinte e cinco anos, distância aveludada pelo singularismo dos percursos? Um quarto de século, fragmento objectivo na marcha da eternidade, duas linhas, um parágrafo talvez na história interminável? E porque não, por exemplo, numa breve palavra, ontem, rio em cujas margens de arbítrio inscreveremos o barco remoto e a aragem que ainda nos toca a frente? Escreverei o pretérito como se fosse apenas a árvore na raiz. Iremos ao Largo da Portagem, o sol é grande, andamos a vertigem nos sentidos e as palavras tornam-se trova, frémito, magia. Cabelos ao vento, luto cerrado nas batinas, a ternura e o excesso em cada gesto. Seremos milhares lançando no ar a desordem dos balões, sobem alto, navegam a tarde, não há a espingarda que lhes cale o clamor, neles grafámos o protesto e o júbilo, todas as cores num mesmo assomo de liberdade. Num outro dia partilharemos flores, vamos desfilando pelas ruas, à logista da Ferreira Borges pediremos que se despoje da carranca dos esbirros, são pedras, meu senhor, rosas não, abrimos as capas que nenhum sabre escondem, caminhamos através das vozes em revoada, doaremos a frágil luz que as mãos nos enche, este aqui vende jornais, improvisa quadras, já viu muito e por isso nos saúda, aquele conheceu as horas do cárcere, fica de olhos marejados ao pé do Santa Cruz, afinal não vale mais fitar sossegadamente as águas e o seu curso, pagãos inocentes da decadência, inventaremos o oiro de quanto fermenta enquanto passamos, porque passamos.

Uma Universidade Nova, um País transfigurado. Nas Matemáticas afrontaremos o Presidente, ministros, secretários de Estado, hierarquias da Escola e da Igreja, painel de sombras da sombra nascidas, pronunciaremos a insubmissão. Proíbem-nos a beleza e o futuro, as praças foram cobertas de corvos, morre-se em África por causa estranha, por coisa alguma. O silêncio a que nos querem confinados apodrece. Haverá plenários de Faculdade, Assembleias Magnas, o tumulto criativo dos Gerais, um périplo de falas sem tutela. Discutiremos a pátria una e indivisível, o seu mapa colonial, o deus dos conformismos, a família modesta estioloando de arcaicas virtudes, o bolor que impregna a casa portuguesa, pão e vinho sobre a mesa, triste fado, mofina sorte. Faremos amor de véus por terra, corpos conjugados numa cultura do prazer, triunfo do encantamento e da dádiva. Cantaremos na cidade sitiada.

E um de nós, alvejado a tiro, verá o sangue exaltar a multidão. Pedras e pedras contra as baionetas, pedras, rosas de um crepúsculo, meu senhor, e a guarda a cavalo continua os disparos, contem amanhã, pupilas ardentes, nas paredes da Associação,

os buracos das balas, contem, jipes, chaimites, bastões, matilhas de polícias, vamos gritar-lhes que não nos tolhe o medo, a verdade é mais forte que as algemas.

De onde chegaremos? Eis-nos, minhotos e alentejanos, a viola braguesa, o vinho de Pias, gente das Beiras, um rifoneiro de sortilégios, açorianos, a música do mar, estórias e aventuras, algarvios, madeirenses, lisboetas, múltiplos contrastes numa era de questionação e acontecer. Estudantes oriundos dos territórios submetidos à tirania do Império, Guiné ou Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé. Diferenciados modos de ler a realidade do mundo, hábitos e temperamentos amiúde em conflito. Levaremos a desgarrada brejeira e o saco de lona às costas, ali adiante San Francisco and flowers in your hair, Maio de 68 porventura, um discurso da burguesia, em derrocada, vão connosco o Zeca e o Adriano, Brel, Reggiani, les loups sont entrés dans Paris, Brassens, Baez, Dylan, Pete Seeger, we shall overcome, exigiremos o astro longínquo, a viagem das aves.

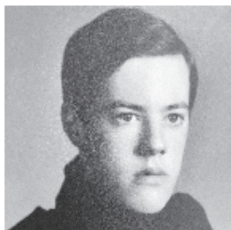
Agora ir-se-á decretar greve às aulas e aos exames. O ginásio e os jardins da Academia resplendem, quatro, cinco, seis mil, quantos afluímos a um estuário assim genésico?, enlacemos os dedos, amada, nos teus lábios beberei o orvalho e a claridade, alguém oferecerá um cigarro a alguém, igual ao que teremos sempre para os colegas presos, sentemo-nos na relva, não falta quem trepe aos sítios ermos, são rostos de um sonho à margem do poema, a guerra combateremos a pide, a lei do régulo fascista, bailaremos por fim sô aquestes ramos destas avelanas floridas, satélites de uma lua em nós amanhecida.

Quando foi? Que folia de átomos ao numa escala de lustres e unir três? Coimbra, estância e matriz, a euforia que apaga o insucesso e se furta ao álbum das lembranças. E se perguntarem qual o nome da fonte primeira afirmaremos, assumindo embora o rumor do coração: 17 de Abril de 69. Iremos ao Largo da Portagem, ao Avenida, à Antero de Quental defronte das grades. Maiores que o pensamento, com os amigos.

*Publicado originalmente em MASCARENHAS, J. M. (coord) – “Coimbra 69”. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência, 1999, p. 53

**Luanda, 1948. Faculdade de Direito, 2º ano. Escritor e professor universitário

17 de Abril de 1969



*José Manuel Tarroso Gomes**

Faz hoje 50 anos que tive o privilégio de participar no início da crise académica coimbrã. As comemorações estão a decorrer em vários locais com destaque para Coimbra, como será óbvio, e para Braga. Decorrido meio século nunca deixei de me surpreender pela dimensão desse movimento estudantil. Numa Universidade com pouco mais de 9.000 estudantes realizaram-se assem-

bleias com participações de cinco e seis mil alunos e uma taxa de greve aos exames superior a 85% !

Ouvir ainda hoje o relato de sacrifício de muitos colegas que, solidariamente, se recusaram a furar a greve a exames causa-me uma forte emoção.

Uns, porque pertenciam a famílias tradicionais e apoiantes do regime salazarista, suportaram estoicamente a intolerância e incompreensão. Outros, porque não tinham suporte económico mas não cederam. Outros, porque sabiam que uma perda de ano implicava a imediata incorporação no serviço militar e a certa mobilização para a frente da batalha de uma das três guerras coloniais que sabiam perdidas mas que a ditadura não resolvia. E também não cederam.

Não foi esse o meu caso. Para mim participar na greve de 1969 e em toda a movimentação estudantil foi natural e fácil. Sendo bisneto de um homem que combateu no 31 de janeiro de 1891 e, mais tarde, esteve entre os que implantaram a República em 1910, sendo neto de um homem que foi demitido da função pública e preso em 1919, durante os 25 dias que durou da Monarquia do Norte, e sendo filho de um opositor de sempre ao salazarismo e à ditadura não podia deixar de ter essa conduta.

Por isso o imenso carinho que mantenho por todos quantos, contra tudo e contra todos, participaram nas movimentações académicas de 1969.

E, devo dizê-lo, também sempre tive respeito pelos cerca de 200 estudantes que nas assembleias apareciam a defender o regime e a ordem estabelecida. Esses tiveram a coragem de dar a cara e defender os seus pontos de vista em assembleias com participações superiores a cinco mil pessoas. Mas, passados cinquenta anos, ainda tenho dificuldade em compreender a atitude daqueles que, sem expressarem qualquer dessintonia e a coberto duma tentativa de anonimato, oportunisticamente foram fazer exame furando uma greve solidária.

Há quem radique a movimentação académica coimbrã de 1969 no maio de 1968 de Paris. Creio que não.

A origem próxima foi originada por uma cadeira de lona que, em 3 de Agosto de 1968, decidi não acomodar o peso do ditador Salazar projetando-o com violência ao solo. Ficou o homem e o regime em coma do qual nem um nem outro recuperaram. Tentaram disfarçar. Para um criaram a ficção de que continuava a governar e para disfarçar o outro nomearam, a 27 de setembro de 1968, Marcelo Caetano.

Este quis convencer que vinha fazer diferente. Nós, estudantes de Coimbra, não perdemos a oportunidade e sabíamos o que queríamos. Logo nesse setembro o Conselho das Repúblicas começou a movimentar-se e a preparar a Tomada da Bastilha que se comemorava na noite de 24 para 25 de Novembro. Organizou-se um imenso cortejo que desfilou nessa noite, com milhares de estudantes vestidos de capa e batina e em total silêncio, pelas ruas de Coimbra.

Pedíamos pouco: democratização das instituições universitárias e eleições livres para a Associação Académica de Coimbra. O regime marcelista engoliu o engodo e facilitou a realização de eleições na A.A.C. Estas vieram a decorrer em 12 de fevereiro de 1969 tendo concorrido duas listas. Um representante do Conselho das Repúblicas e outra, denominada MRR-Movimento de Renovação e Reforma, que acobertava a direita estudantil. A lista do C.R. venceu com quase 80% dos votos garantindo sete lugares na Direção Geral da AAC cabendo o oitavo lugar ao candidato da direita que nunca quis participar. Foi o primeiro dos dois grandes abalos telúricos sentidos nesse mês de fevereiro. O segundo seria sentido às 03H e 40M do dia 28, atingiria uma magnitude de oito graus na Escala de Richter e ficaria classificado como o maior tremor de terra sentido em Portugal Continental em todo o século XX. E, no caso de Coimbra, seria premonitório de tudo o que se iria seguir.

O primeiro embate teve lugar a 17 de Abril por ocasião da inauguração do edifício das Matemáticas. Nós pretendíamos estar não só representados nessa cerimónia como ter o direito de usar da palavra. Não! Foi a resposta do regime. Em vão porque o nosso Presidente Alberto Martins pediu mesmo para usar da palavra. Hipocritamente não foi recusada mas, na altura propícia, a cerimónia foi abruptamente encerrada pelas entidades presentes. Seguiram-se prisões e suspensões o que motivou que em Assembleia Magna fosse decretado o Luto Académico, estávamos a 22 de Abril. A partir daí as aulas eram boicotadas e transformadas em debates. O governo, desastradamente através da intervenção do ministro Hermano Saraiva, garantiu perante as câmaras da RTP que a ordem da Universidade de Coimbra ia ser restabelecida. Viu-se!

No dia seguinte, 1 de maio, mais de quatro mil estudantes decidiram manter o Luto Académico. No dia 6 a Universidade foi encerrada. E no dia 7 de maio a Comissão da organização da Queima das Fitas anuncia o seu cancelamento. Essas festas académicas estavam apazadas para 9 a 14 de maio e a sua não realização teve repercussão a nível nacional.

A 28 de maio nova etapa. Reúne-se a Assembleia Magna na qual participaram mais de seis mil estudantes. Foi decidido a greve a exames. Apesar da enorme repressão que se abateu sobre Coimbra a partir de 2 de junho (primeiro dia de exames) os estudantes garantiram uma abstenção superior a 86%. Em 22 de junho o movimento académico transferiu-se para o Jamor por ocasião da final da Taça de Portugal disputada entre a Académica e o Benfica. Foi um imenso comício talvez o maior de sempre contra o regime.

Acabada a época destinada aos exames e a necessidade de participar nos piquetes para impedir os fura-greves, regresso a Braga.

Na madrugada de 20 de Julho eu e o meu pai, em nossa casa, assistimos em direto à primeira vez que o Homem pisou a Lua. Estávamos ambos tranquilos e com plena consciência do dever cumprido.

Braga, 17 de Abril de 2019.

*Braga, 1948. Faculdade de Direito, 2º ano. Advogado

Também foi em Abril...



Manuel Carlos Marques Pinto*

Também foi em Abril

Que a Academia gritou alto
 Depois de muita luta
 Depois do desprezo assumido
 Por aqueles que se achavam
 Donos de tudo e de todos

Que viraram as costas à história
 Que se esqueceram na sua arrogância
 Que a vida e a luta têm memória!

Também foi em Abril

Que a Academia de Coimbra
 Escreveu a mais bela das baladas
 E afirmou com o seu gesto magnânimo
 Que todas as liberdades
 Não podem ser ignoradas!

Também foi em Abril

E, a partir de Abril
 Que os sorrisos e alegria
 Deram as mãos sem medo
 A decisões corajosas
 A debates esclarecidos
 Por uma Universidade Nova
 Ou a manifestações genuínas
 Ao distribuírem flores
 Por Coimbra adiante

- Numa premonição real

Do outro Abril -

E ao largarem os balões
 Repletos de mensagens
 Naquele céu...

(Que, mesmo às escondidas)
Sorria como ninguém viu!
Ou no Jamor
Fazendo do futebol uma festa
Uma festa da liberdade!
E, da palavra certa
Com futuro promissor
O caminho não parou
A esperança não morreu
O Abril floriu...
E 50 anos depois
A memória renasceu!

*Braga, 1944. Faculdade de Letras, História, 4º ano. Professor / Inspector do ME

Outras trovas, outras baladas



Maria Manuela Ferreira de Areia Losa*

Se houve dia em que a “Velha Cabra” deixou de tocar, foi a 17 de Abril de 1969, quando os estudantes ousaram pedir a palavra ao Presidente da República. Grandes criminosos!

Caíram as Sebentas de tão sebentas e os Professores de costas vergadas por tanta sapiência não queriam acreditar que teriam de perder a sua arrogância. O vento já não podia calar mais a desgraça...

Rareavam as serenatas por baixo das janelas, agradecidas pelo ritual das luzes dos quartos. Acabavam os Bailes de Gala, enfim, apagava-se a Coimbra romântica, de que tanto sempre ouvimos falar. Não havia tempo, nem disposição para festas, nem praxes. As capas caídas pesavam demasiado nos ombros. Era hora de mudar, de os estudantes tomarem a ofensiva, com papel e lápis. E tintas, é claro!

Como estudante de Letras, confesso que não gostava nada que os colegas das outras Faculdades, nos “mironassem” na descida da escadaria da Faculdade. Eram os mesmos que nos abafavam também no bar das Letras, a pretexto de irem tomar uma bica ao Sr. Sotero. E essa perseguição, inofensiva embora, acompanhava as caloiras envergonhadas até, pelo menos, ao D. Dinis...

Só em Coimbra passei a saber que existia uma P.I.D.E. que nos asfixiava, de orelha colada ao nosso ombro, ou mesmo a tomar café na nossa mesa.

No lar onde estava, muitas passámos a reunir pela calada da noite, em volta de um *transistor* fanhoso, para ver se conseguíamos sintonizar pela BBC, aquilo que as nossas emissoras omitiam, sem que os rádios dos carros da polícia, que subiam e desciam a rua, interferissem com os nossos.

Hoje, interrogo-me se aqueles homens saberiam o que andavam a fazer e, se soubessem, como estariam solidários com os nossos sonhos. O 25 de Abril veio a demonstrá-lo. Também queríamos saber, pelo menos, como nós, se Salazar caíra mesmo da cadeira, se estava a melhorar ou a piorar, se voltaria...

Lá conseguíamos ouvir, raramente, quaisquer frases, encavalitadas (nós) umas nas outras, encostadas ao rádio que fazia o que podia... Que emoção, num esforço quase inglório, cheio de inocência e terror.

Tudo mudava e nós, as raparigas, não acreditámos facilmente que as freiras já tropeçariam nas saias dos hábitos, se nos quisessem agarrar, e que não escolheriam mais o filme que queríamos ver, nem o dia em que entraríamos depois das sete da tarde. Nas casas particulares, também já não era preciso saltar pelas janelas para ir tomar a bica ao Mandarim, ou pintar cartazes na Associação Académica. Aí se ouviam todas as ameaças do nosso saudoso Ministro Hermano, a quem até íamos perdoando os discursos, por tão ridículos e afastados da realidade do momento que vivíamos. Revoltava, punha-nos os nervos em franja, mas também ajudava a desabafar, porque não ouvia os nossos insultos.

As “Conversas em família” de Marcelo Caetano começaram só em Janeiro, quando voltámos de “férias”, e num tom tão amigável e delicado que, se podiam acalmar os pais, a nós só nos empatavam o tempo e a paciência. Nós já estávamos “noutra”, como se diz agora. Cautelosamente, entrávamos na ofensiva.

As trovas e baladas soltavam, já quase sem medo, canções de intervenção, nós começávamos a acreditar com convicção num caminho sem servidão e o exemplo de Maio 68 criava-nos muita confiança.

O mundo em volta dizia-nos que estávamos em hora de grande viragem, de grandes desafios. Até do Cosmos: um enorme tremor de terra testava, logo em Fevereiro de 1969, a nossa reação face às forças da natureza.

O Dr. Barnard fazia o primeiro transplante do coração.

O Homem deu os primeiros passos na Lua.

Como mulher e para ser sincera, considero que, para o sexo feminino, ao não querer deixar de aproveitar o momento de libertação, todo o nosso esforço dobrou, redobrou, triplicou. Tudo isto testou bem, tanto o nosso esforço físico, como emocional: familiar, profissional e social.

Ainda muito se continua a fazer nesse sentido, mas devagar, devagarinho...

Obrigada por me proporcionarem esta reflexão.

Neste testemunho, quero vincar bem toda a mágoa que me deixou a exígua importância dada pelos órgãos de informação a esta efeméride, que muitos ainda desconhecem e outros parece que já esqueceram.

*Braga, 1950. Faculdade de Letras, Filologia Românica, 2º ano. Professora

50 Anos Coimbra 1969



Maria Teresa Palmeira Araújo Gonçalves*

Quando cheguei a Coimbra tinha 17 anos e pesava 42 quilos... E tinha a ilusão de que ia formar-me em Direito e dedicar-me à Justiça. Entre o que a juventude sonhava e o que a realidade me tornou possível decorreram os meus tempos de Coimbra, jovem caloura espreitada, sem saber a experiência que me aguardava e a reviravolta que a minha vida ia levar.

O curso foi uma desilusão e as expectativas foram diminuindo. A Universidade era uma instituição pesada e abafava a nossa juventude. Nas aulas, especialmente nas de alguns professores, amiúde nos sentíamos diminuídos e até humilhados. Desde o que solicitava a nossa participação, esticando a perna e apontando a nossa pessoa com o pé, até às orais dos exames em que alguns minutos após a primeira pergunta, nos eram tecidas sérias considerações sobre a importância do trabalho doméstico e a vantagem que teríamos em ir para casa ajudar as nossas mães, tudo era um incentivo constante ao abandono.

Poucos dias após a minha chegada, quando no fim das aulas me dirigia para casa, ao passar na faculdade de medicina fui interpelada por um “doutor” que, considerando que eu era “um litro do bom, mas mal medido”, estendeu uma folha do jornal no chão e me mandou pôr em cima dela “para me poder ver melhor”...

E nem só aulas nem só brincadeira, pouco a pouco, entre a Coimbra brejeira e a revolta interior, começou a pairar no ar um ambiente de insatisfação e desengano nas nossas cabeças inocentes. Despiram-se as capas e trocaram-se as serenatas pelas cantigas de intervenção.

Nas conversas, nas actividades culturais, nos ciclos de cinema, nos livros trocados às escondidas, começámos a despertar para uma realidade diferente e uma diferente realidade começou a parecer-nos possível.

E Coimbra, mais que sebtas e aulas, mais que professores e exames, passou a ser para nós uma escola de vida, onde crescemos para a solidariedade, a responsabilidade, a consciência do dever de participar. Quando chegaram as eleições para a AAC estávamos deslumbrados, mas de alma aberta e preparados para dizer sim à chamada. E, para o que desse e viesse, entre acções organizadas e expressões de espontaneidade, não esperámos para ver e fizemos acontecer. Foi o “primeiro dia do resto das nossas vidas”.

Por isso, como sabiamente dizia o meu pai, não fiz muitas cadeiras mas ganhei muita “cultura geral” e nasci para a vida como cidadã responsável. Sorvi até à última gota toda a aprendizagem de cidadania responsável e sede de liberdade, que me fizeram acreditar que juntos era possível e que, daquela ia ser de vez.

Quando o meu pai me telefonou a dizer que já sabia o que se estava a passar, fez-me um aviso e deu-me um conselho: “Já sabes que eu não tenho dinheiro para continuares aí pois vais perder a bolsa de estudo, mas não te esqueças de uma coisa, não é com a minha geração mas com a tua que vais construir o futuro. Pensa e decide.”

E dessa decisão, eu traidora nunca, nasceu a minha entrada na idade adulta, pesada mas consciente e responsável. Não fui a exames, participei em tudo o que havia para fazer crescer a luta académica, um metro e meio de vontade e força do tamanho do mundo. porque, essa é a verdade, nós acreditávamos mesmo que estávamos a fazer História!

Regressei a casa sabendo que não voltaria a Coimbra como estudante e com uma tristeza tão grande, que me fez decidir que já que não era em Coimbra, naquela Coimbra que me fez adulta, então também não ia ser em mais lado nenhum e fui trabalhar. Mas a minha mãe, que era espertinha suficiente para saber ler as minhas frustrações, picava-me constantemente para me inscrever e tirar um curso superior, nem que fosse devagarinho, tempo em que um curso universitário era sinónimo de um empreginho certo. Até que, para não a aturar mais, lhe fiz uma promessa: se me pusessem uma universidade à beira da porta eu formava-me. E puseram...

Matriculei-me então na Universidade do Minho. Tanto gritei “QUEREMOS UMA UNIVERSIDADE NOVA” que a vida acabou por me pôr uma à disposição.

E, na verdade, eu formar, formei-me, mas não foi bem a mesma coisa...faltou-me a alegria, aquela satisfação de etapa cumprida, aquela festa que era o dia da formatura em Coimbra.

A crise académica de 69 mudou completamente a nossa vida e plantou em nós a esperança, porque nos deu a conhecer um mundo de opressão e de medo até então desconhecido e que era urgente mudar. Participar nela marcou profundamente o nosso percurso e a forma como passámos a exercer a nossa cidadania. A longo prazo, a possibilidade de nunca termos de abdicar de traçar e seguir o rumo por nós escolhido, de termos conseguido ser cidadãos independentes e seguros e de nos podermos orgulhar de dizer, 50 anos passados: “ eu também estive lá e estive do lado certo”.

Mais uns aninhos à frente, das sementes lançadas pelas flores e pelos balões na Baixa de Coimbra, nasceram cravos e “finalmente se cumpriu Abril.” Realizaram-se os nossos desejos! Valeram a pena os nossos sacrifícios e as nossas renúncias. As nossas vontades, juntas às de tantos outros, alguns dos quais foram ficando pelo caminho do tempo sem poderem sequer festejar estes 50 anos da crise, deram frutos de paz e liberdade.

COIMBRA foi e será SEMPRE a nossa grande referência!

*Braga, 1950. Faculdade de Direito, 2º ano. Professora

Nunca mais foi o mesmo*



Torcato Sepúlveda**

O jovem brácaro chegou à Universidade de Coimbra, como caloiro, no ano lectivo de 1968-69. Mesmo depois da grande crise estudantil de 1962, ainda permanecia em uso essa palavra-ferrete “caloiro”. Coimbra parara na Idade Média.

O caloiro não podia andar na rua depois do toque da Cabra, a não ser acompanhado por uma senhora ou por um veterano, outro termo execrável: alguém que andava a estudar naquela vetusta universidade há mais anos do que o seu curso exigiria. Caloiro que fosse apanhado na rua a horas impróprias, as trupes rapavam-lhe o cabelo. As trupes eram formadas por estudantes velhos, de capa e batina, um pouco broncos, que pensavam viver ainda no tempo do feliz rei D. Dinis. Isto para que se entenda o contexto de uma crise universitária que foi bastante mais do que apenas política ou anti-salazarista.

Em 1968-69, a Universidade de Coimbra fervilhava. O Governo permitira eleições para a Associação Académica, há anos dirigida por comissões administrativas. Uma lista mais ou menos unitária de esquerda, patrocinada pelo Conselho de Repúblicas, apresentou-se a eleições e ganhou esmagadoramente. Um caloiro vindo da cidade arquiépiscopal de Braga haveria forçosamente de se entusiasmar com o ambiente. Aproximou-se dos activistas do movimento. A nova direcção da Associação Académica era de esquerda, o que não deixava de ser simpático. Mas... parecia tão tímida! E um tanto autoritária. Aviso ao rapaz de Braga: não fales com fulano, sicrano e beltrano. Porquê? Resposta: ‘São esquerdistas’.

Zeus meu! O fruto proibido. Dava-se o caso de alguns fulanos, sicranos e beltranos estudarem na Faculdade de Letras, onde o galego brácaro – com vagas luzes políticas adquiridas nas juventudes eleitorais da CDE – estudava também. Foi logo falar com eles (Olá Remédios! Olá João Carlos! Olá Jacinto Palma Dias! Olá Rosa Guedes!). Levou um duche frio que ainda hoje recorda. Eram alegres, litigantes, inteligentes e, às vezes, quase alucinados. Criticavam o salazarismo, mas também o estalinismo da União Soviética, a que eles recusavam o carácter soviético. Olhavam com desdém para a Universidade, mas também para o movimento estudantil. Preferiam os movimentos dos operários. Invocavam muito a recente insurreição de Maio de 1968, em França.

Esta gente estranha também não alinhava no choradinho populista de certo

neo-realismo literário, que rimava revolução com tristeza. Liam os surrealistas, sobretudo Breton e Cesariny. Esta franja trotskista – os únicos esquerdistas que havia, na altura, em Coimbra – puxou, tanto quanto possível, o movimento estudantil de greve a exames, para a democracia directa, para a radicalização e para a festa.

O brácaro inocente encontrou ainda, no meio desta suave anarquia, estudantes africanos que – descobriu depois – estavam ligados aos movimentos de libertação. Deram-lhe a dimensão real do colonialismo (Olá Zona! Olá Dick! Olá Djick! Olá Tilela!). Na república dos Milionários, discutiu o destino de África e do Mundo, entre grogues e coladeras. Nunca mais foi o mesmo.

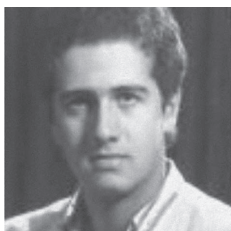
(16 Março 2003)

*Texto publicado em Esteves, Edite, *1968-1969: A voz de uma geração*. Lisboa: Âncora, 2018, p. 106/107. Título da responsabilidade do organizador.

**Braga, 1950 (Lisboa, 2008). Faculdade de Letras, Filologia Românica, 1º ano. Jornalista.

Déjà jadis*...

Braga, 1969 – Paris, 2019



Carlos K. Debrito **

As comemorações, ditas históricas, comportam sempre uma dimensão afectiva e uma exigência de lucidez crítica. A visão do momento em que a recordação surge depende implicitamente da situação social dos diferentes intervenientes.

Os acontecimentos de Coimbra, a greve e a recusa das festas da “Queima das Fitas”, vieram perturbar, também, a placidez bracarense. E, sobretudo, despertaram em alguns estudantes do Liceu Sá de Miranda o desejo de participar a uma forma de recusa de um mundo completamente ultrapassado. Portugal vivia amordaçado por um sistema totalitário, portador de ilusões colonialistas. A guerra no ultramar acentuava o declínio do poder vigente que continuava a tentar impôr a sua alienante soberania.

Assim, em Braga, alguns estudantes liceais mais atentos às injustiças do regime pensaram criar um movimento de contestação às festas do “Enterro da Gata”, em solidariedade com os seus colegas de Coimbra.

A ideia foi crescendo nessa Primavera de todas as esperanças, de tal modo que o poder local, a Direcção do Liceu, se sentiu ameaçada. Essa ousadia subversiva viria seguramente provocar novas falhas num sistema que queria de qualquer maneira salvar as aparências, na salvaguarda das louvadas e defendidas tradições.

A força juvenil que nos animava era indiferente aos ventos reacconários que sopravam de todos lados e à indiferença de uma parte do meio estudantil. Mas armados pelas nossas ilusões, portadores de uma verdade que queríamos assumir publicamente, continuamos o nosso trabalho militante junto dos nossos condiscípulos.

A situação, sendo cada vez menos controlada pelo poder local, obrigou o Reitor a organizar uma assembleia geral que seria seguida de um voto. Uma assembleia dirigida por um professor da sua confiança, ao qual estava associado um representante da comissão organizadora do ano anterior. Para o primeiro, tratava-se de anular o movimento e, para o segundo, a tarefa consistia em reconduzir as festas para equilibrar um orçamento comprometido pela sua má gestão.

E foi assim: perdemos... A nossa vitalidade juvenil encontrou o primeiro obstáculo a uma verdadeira emancipação e a um desejo de viver em liberdade. A nossa palavra,

não éramos muitos, foi esmagada pela força do poder instituído, pelo oportunismo dos antigos organizadores e, acima de tudo, pela inércia de uma maioria. Foi a nossa primeira derrota política, mas os ensinamentos ficaram gravados para sempre. E guardamos, cúmplices de um instante, uma amizade que tem atravessado o tempo, as fronteiras e as vicissitudes.

Pensar, hoje, em Paris, toda essa agitação da época, continua a inspirar-me uma crítica aprofundada. A chama da insatisfação face às injustiças constatadas quotidianamente através do globo nunca se apagou. Ao passar em Braga, no período das festas académicas, gostaria de gritar: estudantes, um esforço para romper com certas tradições e aprofundar o vosso papel na sociedade! Os trajes que não têm nenhuma referência histórica ou as praxes, que ridicularizam os dois campos, apenas traduzem uma pretensão elitista que não tem qualquer sentido.

A globalização actual de todas as formas de trocas mercantis e as redes ditas sociais contribuem a alimentar um mundo de alienação e de desigualdades gritantes. A movimentação de populações inteiras, as guerras sem fim, a inteligência artificial, os algoritmos e o poder desmedido dos GAFAs imprimem novas formas de pensar a sociedade em transformação contínua. Os dirigentes das novas tecnologias de comunicação inspiram-se de autores como Ayn Rand que defendem o individualismo desenfreado ou de pensadores declaradamente fascisantes, elitistas, perigosos, como Heidegger, entre outros. A criação de uma moeda electrónica, Libra, colocará um novo desafio à economia, submetida à finança.

Em 2009, quarenta anos depois, aquando de uma apresentação de um livro meu, *Retour à Lisbonne*, Ed. L'Harmattan, Paris, 2008, encontrei muitos dos meus colegas de então, momentos de emoção e de prazer. E publiquei um artigo no “Entre Aspas” do DM, 11/05/2009.

Em 2019, cinquenta anos depois, mais uma vez lembro aos estudantes actuais que os problemas do mundo em que vivemos exigem mais maturidade e modéstia nas nossas pretensões. As energias empregadas em rituais arcaicos deviam ser utilizadas, principalmente, em projectos coerentes e humanos.

Embora tenhamos perdido a batalha de 1969, em Braga, a ideia cresceu e teve os seus frutos nos anos seguintes... Uma pequena consolação no longo trajecto de uma existência crítica, de perto e de longe.

Aliquando dormitat Homerus...

Paris, Julho de 2019

*Título de um livro do poeta DADA, G. Ribemont-Dessaignes

**Braga, 1952. Liceu Sá de Miranda, 7º ano. Psiquiatra



UMinho Editora



Universidade do Minho

Há 50 anos Coimbra viveu uma Crise Académica que abalou fortemente o regime de Salazar/Caetano.

Os jovens estudantes bracarense que nela participaram deixam neste livro o testemunho desse tempo singular que marcou decisivamente as suas vidas. Mas também na sociedade bracarense essa Crise teve reflexos evidentes na exposição que os pais dos estudantes apresentaram ao Ministério da Educação e na carta em que os “Democratas de Braga” contestam com veemência a posição repressiva e violenta do Governo. Ainda nesse âmbito foi amplamente divulgada pela Associação Académica de Coimbra uma entrevista que Victor de Sá concedeu sobre o ensino e a investigação histórica em Portugal, aqui comentada pelo Professor Luís Reis Torgal. Este livro foi organizado pela Comissão Executiva do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, que é anualmente atribuído pela Universidade do Minho.

CRISE ACADÉ- MICA DE 1969

ISBN 978-989-8974-05-1



9 789898 974051 >